

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Ata n.º 05

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de fevereiro e aditamento de catorze de fevereiro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 15.12.2021 e 29.12.2021;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do valor da quota anual a pagar á ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais); -----

PONTO QUATRO: Designação de 3 elementos para integrar na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco de Albufeira;-----

PONTO CINCO: Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA da 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do plano 2022; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação sob proposta da CMA da 1.ª Revisão. Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, incluindo a 1.º Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2022; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação sob proposta da CMA da Minuta do primeiro aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na AMAL - Comunidade intermunicipal do Algarve, no âmbito dos transportes municipais; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente á estimativa de repartição de encargos afetos ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente á estimativa de repartição de encargos em procedimentos plurianuais; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais pelo valor base de 630 000,00€ + IVA; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso público para aquisição de GPL a granel ou canalizado, propano e butano em garrafa, pelo valor base de 272.644,60€ + IVA;----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prevista na alínea q) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de desvio de caminho público - Malhão;-----

PONTO CATORZE: Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2021;---

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da prorrogação do prazo para transferência de competências no domínio da ação social até 1 de janeiro de 2023;-----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----**

Rute Cirne: "Boa noite, boa noite a todos os presentes, aos que estão em casa. Parece que a Assembleia sem mim não é a mesma coisa, não é?! Infelizmente, venho aqui porque só consigo desta forma falar com o Presidente, queria mencionar que já passou dois meses praticamente e ainda não tenho acesso à certidão da ata da Assembleia em que eu estive presente a vinte e nove de Dezembro de dois mil e vinte e um, eu preciso dessa certidão com muita urgência. Devido à minha situação, eu tive uma visita dia dezassete de Fevereiro de dois mil e vinte e dois, muito inesperada de dois engenheiros da Câmara e da vereadora Cláudia Guedelha na minha habitação. É curioso, porque visitaram as frações todas que tem os problemas não tão graves como a minha, visitaram todas no dia quatro de Fevereiro de dois mil e vinte e dois, a minha não porque foi visitada e curiosamente como eu tinha marcado presença no dia dezassete, que foi adiada para hoje, foram a minha no dia dezassete. Eu questionei a vereadora, porque é que não foi vista dia quatro, e ela disse-me que não, porque a minha casa tinha sido vista muitas vezes, então porque é que veio cá hoje? Estou aqui para resolver os problemas. Em relação aos emails que não me respondem? Eu só tive acesso ao de Dezembro, então mas mesmo ao de Dezembro não me respondeu. Estou aqui, já fui à comunicação social, porque é assim, é extremamente vergonhoso a situação que eu estou a passar e esta autarquia não me responde a nenhum email, tive que ir para a comunicação social. A resposta que esta câmara deu à comunicação social foram declarações falsas. Disseram que eu estou a receber um subsídio, por parte da câmara, gostava de saber, porque se vai para alguma conta não é para a minha, deve de ir para a conta de alguém, porque disseram que eu estou a receber um subsídio. Mesmo que eu tivesse a receber subsídio, não invalidava o problema que eu estou a viver naquela habitação. Mas eu não! Eu recebi um subsídio de arrendamento por parte desta autarquia por direito, até Fevereiro de dois mil e vinte e um. Quando a casa me foi entregue por direito, esse subsídio de arrendamento foi cortado, como é óbvio. E a secretária da vereadora deu-me resposta que, eu continuo a receber subsídio, isso é uma declaração falsa. Se fosse eu a dar declarações falsas era punida, da parte da vereadora não sei se vai ser punida ou não, pois isto fica tudo em águas de bacalhau, como é obvio. Gostava de saber por parte do senhor Presidente, no dia vinte e nove, disse que ia fazer um isolamento à habitação. Fazer um isolamento, às minhas vizinhas dizem que não, uma pintura vai resolver o problema, agora na visita que fizeram comigo, disseram que o isolamento não vai ser feito não por fora mas por dentro



com placas de pladur, cada um diz uma coisa. Eu quero saber onde estou situada, quero saber realmente aquilo que vai ser feito e quando. Hoje, telefonaram-me: D. Rute tem uma caleira, efeito piscina durante 5 dias na placa, se começar a sentir cair pingos avise-nos. Avise-vos, pois, se eu mandar um email só daqui a seis meses é que me respondem, e não me respondem, atenção. Uma caleira a deitar água, o engenheiro Valdemar olhou para mim e disse-me que, pronto, o pladur vai ser resolvido, mas vai ser resolvido como? Vai tapar aquilo durante 6 meses, o problema está na placa, eu tenho o parecer de três firmas, o problema está na placa. A casa foi toda limpa há duas semanas atrás e a vereadora e os dois engenheiros tiveram lá no dia dezassete, há dois dias atrás, três dias, tiveram lá e a casa está completamente preta outra vez. Quando eu mandei um email com as fotos e os vídeos para a Câmara em Dezembro, se fossem lá uma equipa, viam a água a verter pelas paredes, mas ninguém foi, ninguém me respondeu, agora tem um caleira a deitar água, durante cinco dias, pronto, eu não sei quem vai pagar aquela água, eu não sou com certeza, para ver se pinga pra dentro de casa. Outra pergunta, que eu quero fazer ao senhor Presidente, de que forma e quando é que você paga os prejuízos todos que eu tenho naquela casa? O calçado, a roupa, mobílias, colchões, tudo sem falar de outros transtornos. E outra coisa, já não estou a falar da saúde dos meus filhos que estão lá dentro, porque comigo podem interferir, com os meus filhos não. Acho que isto já está a passar dos limites, já é a terceira vez que estou aqui e continua tudo igual, e quero saber, é assim, eu continuo a pagar a renda como se nada fosse, se calhar o problema está aí, eu quero saber de que forma e quando é que vão ser pagos os prejuízos todos que eu tenho lá? Se a Câmara tivesse tomado uma iniciativa logo no primeiro email que eu mandei para a Câmara, isto nada se passava, andaram a ignorar, passou o verão, passou o inverno praticamente e agora estão a fazer experiências, mais uma vez estão a fazer experiências e quero saber, realmente, e hoje agradeço, porque faço questão, espero bem não vir aqui mais, que tenha respostas concretas e gostava de esclarecer muito bem isso, de eu estar a receber um subsidio, porque na minha conta não cai nenhum subsidio, é grave o que disseram. Boa noite". -----

Presidente da Assembleia Municipal: "Antes de passar ao senhor Nicolau gostaria de transmitir aqui uma informação que não referi inicialmente, e que teve a ver com a razão pelo qual a Assembleia não foi realizada no passado dia dezassete e se deveu ao facto de eu ter contraído Covid, e por isso ter adiado para hoje. As minhas desculpas, mas aqui estamos, para realizar hoje a Assembleia. -----



Américo Nicolau: "Boa noite senhor Presidente, Presidente da Assembleia, boa noite senhores vereadores, senhores deputados, senhores munícipes presentes e aos munícipes lá em casa. Na Assembleia do dia quinze de Dezembro trouxe a este auditório um problema de limpeza de Albufeira, não desejava hoje voltar a falar da mesma questão, mas infelizmente terei que abordar o assunto. Lamento, que haja no nosso Município, artérias que desde a semana que antecedeu as eleições autárquicas, nunca mais tiveram qualquer intervenção de limpeza, ou seja, quatro meses. Como por exemplo a urbanização do Alto dos Calços, não consigo compreender tal situação, será que os residentes dos calços não pagam IMI? Não me parece que seja isso. Esta urbanização tem mais ou menos quatrocentas e cinquenta habitações, se em média cada uma pagar o IMI de quinhentos euros, vezes as quatrocentos e cinquenta, estamos a falar em vinte e cinco mil euros por ano. Gostaria de deixar a pergunta ao senhor Presidente, para quando uma limpeza eficiente novamente em Albufeira? Aproveito para deixar aqui, a minha disponibilidade para uma visita a Albufeira, para quem desejar, pois na última Assembleia de quinze de Dezembro, alguns dos senhores deputados não estavam de acordo com este assunto. Deixo aqui mais outro lamiré muito superficial, tanto quanto julgo saber, a energia pública é paga pelo município de Albufeira, eu gostaria de saber, neste momento porque é que as luzes já estão neste momento a ligar às dezoito horas? Será que não há necessidade de poupar? Nem quero pensar que isto seja ausência de fiscalização ou ausência de liderança. Como no dia vinte e nove devido à situação da covid eu não pude estar presente e fui aconselhado a não vir à Assembleia, e havia uma questão que eu queria colocar na altura, que foi a situação da derrama, aliás esse email que eu enviei à Assembleia, tive oportunidade de demonstrar a minha satisfação pela recusa do executivo da Câmara ou pelo recuo do executivo da Câmara de um e meio por cento dos sujeitos passivos com o valor de negocio superior a cento e cinquenta mil euros, eu não sei se estes cento e cinquenta mil euros são brutos ou se são líquidos, não sei como foram feitas estas contas. Agora, eu gostava de perguntar, se uma série de empresas que estão a operar no nosso município, se pagam derrama aqui? Eu acho que não. No caso de um Continente, Pingo Doce, um Aldi, um Lidl, o Intermarche, a Worten, Leroy, Radio Popular, não pagam. E agora outra questão: qual o valor do negócio destas empresas do dinheiro que sai daqui para fora? Esses dinheiros não ficam cá, não há impostos pagos cá. E depois temos outra coisa, as empresas locais lutam, tem uma luta desigual para com estas empresas, porque estas empresas locais e pequenas empresas só vivem da margem



comercial, as grandes empresas não vivem de margens comerciais meus senhores. As grandes empresas têm por detrás das margens comerciais o chamado contrato geral de fornecimento, que lhes permite ter logo à partida uma margem para cima de trinta e tal por cento, na casa dos quarenta por cento, portanto nós queremos no fundo que as pequenas empresas, estamos-lhe a sugar em vez de os ajudarmos. Se queremos ajudar o pequeno comércio e que ele se desenvolva, não, nós estamos é a tentar matá-lo. Quer dizer com um e meio por cento sobre um valor de uma empresa que fatura cento e cinquenta mil euros, cento e cinquenta mil euros, se ele tiver uma margem, se tiver uma margem de vinte e cinco por cento, se for market, são trinta e cinco por cento que estamos a falar, portanto, esta empresa fatura, ou seja tem um lucro bruto de trinta e sete mil e quinhentos euros por ano. Trinta e sete mil e quinhentos euros por ano, dá-lhe três mil cento e vinte e cinco por mês, mas destes três mil cento e vinte e cinco, a dividir, por vinte e quatro dias dá-lhe, cento e trinta e quatro euros por mês. Mas destes cento e trinta e quatro euros, ele vai ter impostos, luz, água, telefone, consumíveis, combustíveis, custos com pessoal e ainda amortização de equipamento. E uma amortização de equipamento é a dez anos. Portanto eu gostava de saber, como podem as empresas locais se modernizar. E as empresas locais se não se modernizarem, o comércio não se modernizar não vive, morrem lentamente. Nós antigamente, no futebol, quando havia aquele prolongamento, havia morte súbita, quem marcasse primeiro o golo acabava o jogo, era morte súbita. No comércio local há morte lenta, porquê? Vão morrendo lentamente, porquê? Não tem ajuda. E são as Autarquias, não é só a nossa, o problema não é Albufeira, é problema geral do país, mas são as autarquias que matam o pequeno comércio. Este é que é o grande problema. E eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente se de facto, se a derrama é para voltar a vir para Assembleia, se no próximo ano se vai voltar a falar de derrama, ou se a derrama morre de uma vez por todas. Acho que o pequeno comércio deve de ser ajudado e não deve de ser sangrado, esta é a minha opinião porque dia vinte e nove não pude estar, portanto, essa era a minha questão que eu queria colocar. Boa noite a todos". -----

Luís Jorge: "Boa noite a todos, eu basicamente venho falar de duas questões, agora que temos quarenta fogos prestes a entrar em ação em Paderne, falar de uma situação que já se arrasta há uns anos valentes, ali naquele acesso às escolas e que supostamente com os novos fogos vai piorar. Neste momento eu não faço muitas visitas aquela zona, mas já fiz, ia lá diariamente, agora não vou diariamente, mas tudo o que é alturas de nove da



manhã, nove e meia, nove e quarenta e cinco, oito e meia, aquela área é efetivamente muito complicada, de circulação por variadíssimas coisas. Tem aquela meia dúzia de lugares na primária e no infantário e tudo o resto são bermas e a falta de civismo já é normal e não havendo estacionamento a coisa piora. Além disso quando fazemos o acesso já desde cá de baixo da zona do cemitério até cá em cima, a estrada é estreitíssima e a visibilidade é péssima, ou seja agora com os novos fogos, a minha pergunta é se está planeado alguma alteração aquela zona porque o que está já é complicado, vai ser ainda mais complicado, porque batem todos naquela altura certa, que é na hora de sair de casa, na hora de entrega dos miúdos, e efetivamente nem sequer estacionamento suficiente há, para quem trabalha efetivamente na escola, portanto é impossível haver essa rotação, a minha pergunta basicamente é se há alguma alteração a essa área que faz falta. Outra pergunta, de outra área, o "4allSeas" Mem Moniz, já há algum tempo que vejo lá a placa, já tentei contatar, finais de dois mil e vinte, sobre formações, nunca percebi muito bem o que é que uma coisa do mar está em Mem Moniz, não sei se vai apanhar alguma ribeira e ir até á praia, mas independentemente disso até podia ser uma ideia engraçada, mas aparentemente está morto, e sei que, o que lá foi gasto não foi propriamente pouco, pergunto se há alguma evolução naquilo, porque aparentemente o site deles está muito bonito, fala em vários cursos de formação, mas depois quando tentamos perceber como funciona, quando funciona, quando é que começa, está tudo morto, efetivamente, e basicamente era isto que eu tinha para questionar. Boa noite". - Ruben Nicolau: "Boa noite a todos, ao Senhor Presidente, ao Presidente da Assembleia, à restante mesa, aos presentes e quem nos assiste lá em casa. Antes de mais e porque antes não tive oportunidade, em Janeiro não se reuniu a Assembleia, ainda eu gostava de saber porquê, mas pronto. E queria saudar a assinatura do acordo entre a Câmara Municipal e o Governo, para a construção dos novos fogos e para a habitação de Albufeira, no entanto recorro que ainda existe muito trabalho a fazer nesta área e o caminho deve continuar, não devemos baixar os braços. A seguir, vou falar então do que me trouxe aqui, que tem a ver com orçamento plurianual, aprovado dia vinte e nove, e não podendo deixar também de tocar em alguns pontos, relativamente às grandes opções do plano porque ambos estão interligados claramente. Em primeiro lugar, uma das coisas que é verificada neste orçamento é que de facto em relação aos últimos cinco anos, o saldo de gerência diminui, e aliás no texto do orçamento isso é verificado no próprio texto ou assumido, neste caso. E, portanto, quando olhamos para as grandes opções do



plano e para o orçamento, nós vemos que existem alguns planos que são falados já há alguns anos em Albufeira, o aumento das linhas do Giro, novo cento de saúde, o centro de exposição e congressos, etc, etc, etc. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente, como é que num quadro macroeconómico mais desfavorável, com menos dinheiro, como é que a Câmara pretende fazer aquilo que não fez nos últimos dez. Eu gostava de saber isso. Em segundo lugar há uma coisa que me preocupa, no orçamento, são as rubricas abertas com valores simbólicos, eu não devo de recordar aqueles que estão aqui sentados, o quão desastroso isso é, isto faz me lembrar os sucessivos packs do engenheiro José Sócrates, quase todas as semanas iam à Assembleia da República, porque precisavam de ser retificados, porque estavam mal. Portanto, valores simbólicos não nos permitem no final do ano saber quanto é que se gastou ou prever quanto é que se vai gastar. Em terceiro lugar, gostava de saber como é que num orçamento se prevê terem receitas por exemplo de oitenta e quatro milhões e gastarem oitenta e quatro milhões, sem se prever nenhum tipo de almofada financeira para qualquer imprevisto, como foi por exemplo a pandemia, que foi necessário gastar um extra, para além disso neste mesmo documento, a Câmara Municipal, prevê aumentar a sua receita em cerca de quarenta milhões nos próximos quatro anos. Eu queria saber por parte do Senhor Presidente, como é que ele pretende fazer este aumento, se é através do aumento do IMI e da taxa de derrama, ou seja do trabalho e do esforço, do suor daqueles que habitam, trabalham e investem no nosso concelho e que já muito pagam em taxas e taxinhas no seu dia-a-dia, não é?! Para além disso, e contrariando um bocadinho aquilo que foi dito no dia vinte e nove eu não revejo este documento, os dois documentos que foram aprovados no dia vinte e nove não vão ao encontro das necessidades de todos e do concelho. Meus senhores, há muitos jovens que abandonaram o nosso concelho, que são das mais diversas áreas profissionais, saúde, engenharias, letras, psicólogos, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, engenheiros informáticos, mecânicos, advogados, professores e que infelizmente no nosso concelho não têm a liberdade de escolher a profissão para exercer, a profissão para a qual tanto estudaram, e porquê? Porque a pandemia veio revelar o que estava escondido, que é um concelho excessivamente turismo-dependente, que quando o cenário macroeconómico não é o mais favorável, ou quando estamos face a uma pandemia é o único motor económico do concelho e para, e tudo estagna. Se tivéssemos feito aquilo que deveríamos ter feito nos últimos dez anos, e ter investido os ganhos que foram obtidos através do turismo e tivéssemos alavancado



o concelho noutras áreas tanto económicas, como profissionais, se calhar hoje Albufeira não estava como está e tinha recuperado da pandemia de forma mais rápida e melhor. Obrigado e boa noite. -----

O segundo-secretário lê email enviado pelo senhor Ricardo Neves e doutora Isabel Neves, (Doc. n.º1 e 2 anexo a esta ata).-----

Presidente a Assembleia: " Para responder à questão do senhor Ruben Nicolau, relativamente ao assunto das Assembleias Municipais. As Assembleias Municipais obrigatórias são só cinco durante o ano. São Fevereiro, Abril, Junho, Julho, Setembro, Novembro ou Dezembro. E depois há as extraordinárias, sempre que haja pontos para que elas se realizem. Como em Janeiro não havia pontos para incluir numa ordem de trabalhos a Assembleia não ocorreu. A outra questão que eu gostaria de deixar também aos senhores que estão lá em casa e que nos fazem perguntas, quer por email, quer muitas vezes antecipadamente, é que o façam com alguns dias de antecedência da Assembleia para possamos enviar aos serviços e para haver uma resposta ou uma ideia daquilo que se vai tratar e possa o Senhor Presidente, ou os Senhores Vereadores ou os serviços responderem a essas questões. Muito obrigada". -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, os que estão aqui e os que estão lá em casa. Obrigada pelas questões que foram aqui levantadas, há questões que tem uma resposta com certeza, e vão todas ter. Evidentemente que, eu iria começar aqui pela Dona Rute Cirne, vou tentar perceber onde é que estão esses emails que não foram respondidos, porque eu não tenho neste momento nenhum email que não foi respondido, vou tentar ver isso. Relativamente à questão da visita que teve dos engenheiros e da senhora vereadora há alguns dias atrás, eu posso é passar à senhora vereadora, se o Senhor Presidente permite, para ela esclarecer melhor a visita que ela lá fez e o que é que concluiu de lá". -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente a esta situação da D. Rute, realmente depois de eu ter assumido as responsabilidades nesta área, houve um email que recebemos no final de Dezembro e que houve um contato posterior por parte da ação social no início de Janeiro, pelo menos foi o que me foi reportado, isto só para enquadrar. A partir do momento em que tive conhecimento que, efetivamente havia um problema na habitação desta senhora, desta munícipe, tomámos as medidas necessárias para resolver a situação. Esta casa, está inserida num conjunto de mais quatro e consideramos importante fazer uma avaliação em equipa. Fui com os técnicos, porque



somos uma equipa e quando há problemas é importante irmos ao terreno, fomos ver as outras habitações, tendo em conta que, estivemos a analisar e realmente a casa desta senhora já tinha sido pintada, já havia conhecimento do que se passava na casa, acontece que, fizemos uma visita às outras quatro casas para realmente vermos em que situação é que estavam e ao tratarmos de um procedimento para resolver o problema da Dona Rute Cirne, obviamente teríamos que ter em conta a resolução dos outros munícipes que estão lá a usufruir do mesmo projeto que foram enquadrados desde o início de Março do ano passado, penso eu. Depois de ser feita esta avaliação e como já tínhamos conhecimento do que se passava na casa da dona Rute, porque tivemos acesso a fotografia e não a vídeos, optámos por ver as quatro, fomos fazer, entretanto, uma outra avaliação à sua casa porquê?! Tem uma explicação, porque os vídeos que a dona Rute diz que mandou, nós não os recebemos, aliás, no dia que lá estive, pedi que me mostrasse para facilitar os serviços. Temos duas situações, a primeira perceber se há infiltrações ou não, para procedermos ao isolamento, eu não sou técnica, mas já aprendi isso nestas visitas que lá fui, portanto como não havia vídeo os técnicos optaram por fazer uma experiência, a colocar água lá em cima, para perceber se precisam de tratar das infiltrações, se precisam tratar ou não, porque não chegámos a ver os vídeos e eu insisti consigo para que víssemos naquele dia, aliás o engenheiro Valdemar também, pronto. Portanto as coisas estão encaminhadas, estamos a tratar agora dessa parte para incluir no orçamento para procedermos à execução da obra. Relativamente ao que disse sobre a secretária, eu queria deixar aqui nesta Assembleia bem claro que, nenhuma secretária responde pelos vereadores, o que aconteceu e que o senhor jornalista vai ter que responder por isso, foi que, a televisão mandou nos um emails, não dirigido a ninguém, nem ao presidente, e a resposta que foi dada, foi dada por mim e o que está lá escrito foi: encarrega-se a senhora vereadora Cláudia Guedelha de, responder aos pontos todos que lá estão indicados, fizemos um apanhado com datas do acompanhamento que se fez, e aliás o que foi dito não foi nada de especial relativamente aos apoios, foi que, desde há algum tempo atrás, que a dona Rute tem tido apoio da Câmara Municipal e sempre tem sido dado uma resposta célere, foi isso só que foi dito. Agora não foi isso que foi lido pelo senhor jornalista, e eu queria deixar isso bem claro, porque não foi nenhuma secretária que respondeu, fui eu que escrevi, com autorização do Senhor Presidente, portanto, as pessoas têm um trabalho honesto, de responsabilidade e eu só tenho uma palavra, e o que foi feito foi isso. E eu fiz questão de acompanhar, tanto na outra visita,



como nesta, como lhe digo, somos uma equipa e trabalhamos com verdade e eu disse -lhe na porta da sua casa, que estávamos a fazer todos os esforços para que as coisas acontecessem o mais rápido possível e da melhor forma possível para não a prejudicar, certo?! Foi isso que foi feito. Portanto, muito obrigada". -----

Presidente da Câmara: "Só para terminar também queria dizer à Dona Rute Cirne, que não percebo onde é que está essa dificuldade em se reunir comigo, até porque eu todos os dias me reúno com pessoas, a partir das sete e quarenta e cinco, oito horas, oito e meia, até antes das nove. Ainda hoje recebi duas pessoas antes das nove horas, portanto não estou a ver essa dificuldade, eu falo com toda a gente que me aparece, mesmo sem marcação, isso é todos os dias, não é só um dia. Relativamente ao senhor Américo Nicolau, agradeço a sua referência à limpeza, salvo erro, na urbanização Alto dos Calços, portanto eu vou mandar verificar isso, aliás o senhor diretor desta área deve ter anotado a situação que é para ultrapassar esse problema, que este sítio tem sido recorrente, já há algum tempo. Relativamente à questão da hora de ligação das luzes de iluminação pública, às dezoito horas, isto é uma responsabilidade, embora a Câmara deve com certeza comunicar com a EDP para acertar o relógio deles, porque isto é automático, o relógio deles, com a luminosidade do dia, também tem toda a razão, porque não convém, nem um esbanjamento de dinheiro, porque estar luzes acesas durante o dia também não tem, absolutamente razão de ser nenhuma, portanto o senhor Diretor também está a registar isso com certeza, neste momento para contatar a EDP nesse sentido e provavelmente, há - de haver uns sítios diferentes de outros, tendo em conta a área de jurisdição de um determinado PP. Relativamente à derrama, a derrama não é altura agora de discutir a derrama, evidentemente que é um imposto pago sobre os lucros e os rendimentos das empresas e dos empresários, só que relativamente à questão, embora isto não seja um assunto de discussão agora, mas de qualquer das maneira, à questão das empresas das que não tem a sede no concelho, também pagam de acordo com determinado, não sei agora, não me lembro, mas penso que sim, que é de acordo com o número de funcionários que tem nas suas dependências que estão no concelho, portanto, mas isso está na legislação da derrama, portanto pode ser consultado e pode ser visto, há de ser de alguma forma, penso não ser só as empresas que tem sede no concelho que pagam a derrama. Mas de qualquer forma isto é prematuro discutir a derrama, para o próximo ano à partida não virá, e eu faço aqui recordar que também vai servir de resposta ao Ruben Nicolau, já uma parte, porque a questão dos impostos eu faço



recordar que, é uma questão de consultar e investigar isso, em termos de pagamento sobre o IMI e o IRS, a derrama, os direitos de passagem, todos esses impostos desde dois mil e treze, catorze, salvo erro, tem taxas mais reduzido possível cada uma deles, portanto não percebo, não é possível baixar mais. E a devolução de IRS está no topo do máximo que se pode devolver aos cidadãos, que é um imposto diferente dos outros, obviamente, diferente do IMI por exemplo, é sobre o património e o IRS é sobre os rendimentos, está nas taxas mais baixas e comparando com muitos municípios do país, não tem comparação possível, são muito poucos os municípios que tem tido ao longo destes anos todos, as taxas mais baixas. Evidentemente não é para dizer aqui que uns são melhores ou piores, não é isso que está em causa, o que está em causa é a constatação de um facto, é para não ficar dúvida sobre a situação dos impostos que os Albufeirenses pagam. Tem pago nos últimos oito anos, tem pago, oito ou sete anos, o mínimo possível. A partir do momento em que foi resolvido problema do PAEL, ficou ultrapassado a questão, ficou nessa altura tivemos que subir as taxas, porque o PAEL, o recurso, quando foi a crise financeira de dois mil e sete, dois mil e oito, temos que recorrer a esse sistema de apoio e aí a legislação, obrigava os municípios que recorriam a esses apoios e a ter as taxas mais elevadas possíveis, aconteceu isso, depois a partir do momento que se resolveu essa questão, em que deixamos de ser necessário ter apoio, deixamos de ter o apoio então, reduzimos até ao máximo essas taxas. Relativamente à questão do senhor Luís Jorge, duas questões, portanto os quarenta fogos de Paderne, evidentemente vai ter que ser remediado um pouco, e depois há de ter que ser elaborado o projeto nesse sentido para fazer, precisamente a afluência do tráfego eventualmente que se possa lá criar a mais, por via destes fogos. Relativamente ao Mem Moniz, é uma responsabilidade de uma cooperativa que é a Martrain, que a Câmara há uns anos cedeu um espaço, com direito de superfície, de toda aquela zona da Facial, que está neste momento em revisão do PDM, para poder alterar e poder ser construído lá um equipamento dessa cooperativa que não era possível com a categoria do terreno em termos de PDM, mas isso dentro de poucos dias estará a ser com certeza terminado. Relativamente às formações, pois isso é contactar diretamente com a Martrain, não é a câmara. O senhor Ruben Nicolau falou da habitação, com certeza que a habitação estão quarenta fogos é para continuar, não é para terminar aqui, com certeza que é. Relativamente ao orçamento que falou como é que se vai desenvolver as linhas do giro? As linhas do GIRO já estão devidamente cabimentadas, até porque o giro ainda não está em funcionamento toda a extensão do



giro até Guia, Vale de parra, Olhos de Água, Açoteias, toda essa extensões para o lado poente e nascente, só não está ainda porque o concurso, a primeira edição do concurso ficou deserto, concorreram mas houve um que não entregou a documentação, e posteriormente teve que se abrir novo concurso, e está agora em prestes a ser assinado o contrato para ter o visto do tribunal de contas, e depois de visado, entrar em funcionamento com as novas linhas, evidentemente deverá de haver também ali um período com certeza, de aquisição do material, nomeadamente mais autocarros, a questão das paragens, mas essencialmente os autocarros que são fundamentais para que sendo as linhas mais extensas, obrigará a mais autocarros. Depois temos a questão do centro de saúde, deste há verbas do PRR, para esta situação, portanto tudo isto são verbas com alguns financiamentos, enfim, programados. O parque de feiras e exposições, pois isso é quando tivermos o terreno adequado para esse efeito. Relativamente à questão, do aumento das receitas nos próximos anos, algum será o financiamento quer do PRR que estamos mais próximos, quer de Portugal vinte trinta, de dentro de pouco tempo, entrará em vigor e haverá possibilidade de candidaturas a financiamentos, e haverá com certeza, estas crises não duram sempre, e que nós vamos novamente recuperar facilmente, até porque não estamos em situação tão negativa como tudo isso, nem pouco mais ou menos, não temos nada em atraso, portanto são situações que vão, como já disse e tenho dito, nestes dois anos de pandemia, desde Março de dois mil e dezanove até Março de dois mil e vinte e dois, nós já despendemos ou deixámos de receber, a Câmara Municipal, à volta de vinte e quatro milhões de euros, são uma quebra no orçamento. Não estou a dizer com isto que é aquilo que despendeu e despesa ou investimento, isto agora depende da forma como se vê as coisas, mas a despesa relativamente à pandemia, mas também aquelas taxas de isenção que portanto, deixámos de receber, os alugueres de alguns espaços, deixámos de receber, a ocupação da via publica deixámos de receber, a questão da isenção durante um determinado período das tarifas fixas da questão da água, saneamento e resíduos sólidos, deixámos de receber tudo isso foram apoios que foram dados à população. Isso também tem que ser dito e também ser referenciado, tenho quase preparado um pequeno relatório sobre um estudo que fizeram, o próprio tribunal de contas fez, para mostrar que realmente Albufeira esteve na linha da frente desse efeito. Agora, evidentemente que Albufeira sendo uma zona eminentemente turística, com certeza que requer, e tem sido falado muita vez, requer com certeza que o caminho para o futuro, tenha que ser, para além de



acrescentar valor aquilo que é a oferta turística, essencialmente sol e praia, e com certeza que é, nem vale a pena esconder esse aspeto, mas é verdade, temos que potenciar mais o interior e temos que também diversificar a económico dentro do possível deste concelho, quer em varias áreas, quer na industria limpa, industria tecnológica, por exemplo, podemos ter na agricultura alguma coisa, podemos ter nalguns aspetos, que temos que analisar isso. Aumentar os impostos no próximo ano, digo já, e falei há bocadinho, não é ideia neste momento que isso venha a acontecer. Relativamente ao senhor Ricardo Neves, colocação de sinalética Albufeira no Coração, eu mandei ver essa situação e verifiquei que há lá na rua limite a esse espaço, há um estacionamento, que serve para cargas e descargas. Ora, estes serviços precisam de cargas e descargas, e pode ser utilizado perfeitamente aquele estacionamento, se não for suficiente para o trabalho que a associação possa realizar, pois teremos que encontrar outra solução, mas penso que é suficiente e não é necessário haver mais esse espaço de estacionamento e, portanto, a doutora Isabel Neves, é mais ou menos a mesma questão, muito semelhante, qualquer coisa podemos nos reunir não tem problema nenhum. Muito obrigado". -----

Rute Cirne: "Quero me direccionar à vereadora Cláudia Guedelha, que ela apenas fez esta visita a minha casa, ela não fez mais do que uma, pronto, então aqui ainda é mais grave, tem que se organizar os dois, porque o presidente diz que no dia vinte e nove diz que sim perante as fotos, e aquilo que viu, ia fazer um isolamento à minha casa, e a vereadora nessa resposta que deu, que diz que não foi a secretária, que foi ela, vai pintar o apartamento duas vezes por ano. Quero saber a resposta, quero saber a primeira pergunta que fiz ao presidente que não respondeu, sobre a certidão da ata de vinte e nove de Dezembro, e quando e como é que me vão pagar tudo o que eu tenho estragado na minha casa, também não me respondeu, e agradecia, porque é assim, esta última visita tornaram a dizer que o problema não são as infiltrações, o problema é a densidade e pontes térmicas, então se a densidade e as pontes térmicas que a casa tem, estraga colchões, a casa está inabitável".-----

Presidente da Câmara: "Não há resposta, vou tentar ver onde é que está o email que eu não respondi, vou respondê-lo, com certeza. Relativamente ao senhor Ricardo Neves não falei aqui num assunto que ele falou, sobre a questão dos apoios relativamente aos táxis. Quero dizer, que os táxis não estão a fazer os serviços para as associações, mas sim, estão a fazer serviços para a ação social. Relativamente à ação social, o serviço continua,



só que nesta parte final de finalização do contrato que assinamos está nessa área, e segundo informações da ação social, era só". -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luís Afonso: "Senhor presidente da mesa boa noite, boa noite à restante mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, colegas deputados municipais, staff e público, boa noite a todos. Senhor Presidente era só para lhe dar os parabéns pela sua eleição, pelo partido socialista para a Assembleia da República, desejar-lhe que faça um bom mandato, que certamente estou certo de que com as suas capacidades trabalhará em prol da Nação, do Algarve e de Albufeira, dos Albufeirenses. Havia outras pessoas de outros partidos eleitos, a Helena Simões, não foi eleita, desta vez, mas o único sítio onde o sucesso está antes do trabalho é no dicionário, à que continuar a trabalhar. Do meu partido, CDS, o segundo da lista era de Albufeira, a Mónica, não conseguiu eleição, talvez para a próxima, aqui a senhora deputada Luna, pertence a um partido que teve muitos votos, também uma palavra para ela. Senhor Presidente da Mesa, e enquanto deputado com certeza trabalhará bem, uma das coisas que fazia parte da vossa proposta era a construção do novo Hospital, que no orçamento antigo não constava, o Dr. António Costa, o seu líder, diz que o orçamento seria mais ou menos aquele, se assim for, há aqui uma falha, não sendo, sendo modificado espero que isso lá venha inscrito e como isso é do interesse do Algarve e é do interesse dos Albufeirenses que haja boa saúde no Algarve. Havemos de nos encontrar para vos ir relembrando dessa situação, relação ao senhor Presidente era isso. Antes da ordem de trabalho e trabalhos existe um desvio aí de um caminho, ia perguntar ao senhor Presidente da Câmara se sabe, um caminho que foi proposto desviar no caminho do Cotovio em direção à estação de transferência, parece que ainda está fechado, sabe em que ponto é que está a situação? Obrigado". ---

Luna Silva: "Boa noite, cumprimentos ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores, Presidentes das juntas de freguesia, senhor Presidente da Mesa, secretários, deputados municipais, funcionários da câmara, público presente e o demais público que nos vê em casa. Começo por congratular a Câmara Municipal pela iniciativa dos seguintes eventos: primeiro pela realização dos circuitos de prova de BTT Race Nature, que contou com a participação de trezentos e cinquenta ciclistas, segundo pela



celebração com a Academia Portuguesa do Cinema, com vista à entrega dos prémios Sophia Estudante 2022. Senhor Presidente, encontra-se para breve o início da época sazonal e o agitação da vida noturna nesta cidade, assim é fundamental formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e pequena criminalidade, bem como a segurança dos nossos cidadãos Albufeirenses, os nossos turistas e as nossas forças de segurança. O partido CHEGA, considera que é urgente e necessário que sejam definidas de imediato medidas de planeamento de Segurança, de acordo com o número sete do regulamento do Conselho Municipal de segurança as reuniões são convocadas pelo senhor Presidente da Câmara com a antecedência mínima de dez dias, com menção da hora e local da reunião, assim pergunto ao senhor Presidente da Câmara se já existe alguma previsão para a data da primeira reunião com o novo Conselho de Segurança eleito nesta Assembleia a quinze de Dezembro de dois mil e vinte e um. Prosseguindo, voltamos à iluminação de Natal do ano de dois mil e vinte e um, em reunião de Câmara do dia sete de Fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi deliberado por unanimidade pelo executivo desta Câmara Municipal a aplicação da penalidade à empresa Blachere Portugal, comércio de iluminação Limitada, a descontar nos pagamento do ponto um, número nove, no valor de cinquenta e três mil, cem euros e sessenta e dois cêntimos, e na redução dos serviços a pagar dos pagamentos no valor de quarenta e dois mil, trezentos e quinze e quinze cêntimos, de acordo com a clausula nona do contrato, penalidades contratuais celebrado com a empresa que passo a citar, no caso do incumprimentos dos casos afixados no presente contrato e por causa imputável à empresa será aplicado uma penalidade de acordo com a fórmula prevista na cláusula nona, da parte um, do caderno de encargos, o partido CHEGA, solicita desde já, o envio em tempo oportuno do caderno de encargos a fim de analisar a formula prevista na cláusula, bem como os valores calculados a títulos de penalidade. Ainda ao abrigo do código administrativo no artigo doze, princípio da participação e no artigo cento e vinte e um, direito a audiência prévia, o interessado tem o prazo de dez dias para oferecer o que tiver por conveniente, uma vez que se encontra decorrido este prazo, pergunto ao senhor Presidente se a empresa já exerceu o direito de audiência prévia e se a mesma reconheceu o incumprimento contratual e as penalidades aplicadas. Por fim, para terminar, recentemente o Município de Albufeira foi distinguido pela qualidade da água para consumo atribuído pela entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, no entanto Albufeira continua a fazer parte dos dez Municípios do Algarve com uma elevada taxa de desperdício de água, e tendo em conta



a atual situação de seca em Portugal, é urgente que se criem medidas de planeamento de redução de perdas de água. Após analisar a rúbrica da água, o CHEGA deparou-se com uma percentagem de cerca de vinte por cento de perdas de água, que não se justificam tendo em conta que, as nossas águas já se encontram tratadas e circulam nas nossas condutas já preparadas para entrar nas torneiras das nossas casas, a origem dessas perdas apresentadas pela Câmara Municipal não são esclarecedoras, nem justificam uma percentagem tão alta, assim o CHEGA, requer que o senhor Presidente envie os últimos relatórios entregues à entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, bem como um esclarecimento escrito desta tão elevada percentagem de perda de água" -----

Raúl Ferreira: "Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa noite senhor Presidente da Câmara Municipal, respeitável mesa, senhores deputados e demais presentes. Venho aqui e vou ser breve, o tempo decorre rapidamente, venho aqui com um problema que eu acho que é grave, é caótico já, e que não vejo solução à vista, e esse problema é o seguinte, tem a ver com a construção existente no Cerro Grande, por cima da Marina de Albufeira, uma construção que se iniciou penso eu em dois mil e sete, dois mil e seis e que permanece já há alguns anos parado. Albufeira é conhecida por ter paisagens bonitas, tem postais bonitos, falésias, os penecos de S. Rafael, enfim, o Castelo de Paderne e ali temos uma obra que em nada abunda na imagem de Albufeira. A minha questão é simples senhor Presidente, conheço alguma coisas de Leis e o decreto de lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, no artigo oitenta e quatro e no artigo cento e sete, prevê medidas muito simples para a Câmara atuar, nomeadamente através da posse administrativa, pode ser efetuada pela Câmara Municipal, e pela exigência de obras coercivas, no artigo oitenta e quatro, número um, alínea b), isto estou aqui a falar em artigos para ser mais conciso e mais preciso naquilo que estou a dizer, a minha questão é a seguinte, o que é que foi feito até á data referente a essa obra, é essa a situação que está à vista de todos. E se nada foi feito o que é que V. Exa. e o seu executivo pensa fazer? Eu espero que não se torne mais num caso como aquele, que existe na Avenida da Liberdade, já pelo menos há três décadas, o Zé Bento, penso que é um individuo, dono desse edifício e que faleceu, portanto, eu gostava que não se tornasse num outro caso semelhante a esse que eu estou a referir na Avenida da Liberdade, e penso que é premente, urgente tomar uma atitude, sabemos que há ali entidades com algum peso envolvidos, é propriedade do BCP que está em litigio com uma



firma, que foi a construtora, mas eu penso que no ponto de vista jurídico não existe impedimento para a posse administrativa e que devemos de fazer alguma coisa. Outra questão que me traz aqui também, é o facto da chamada casa do Juiz, da Rua das Mimosas, segundo o que me foi dito está à venda, a minha questão é a seguinte, tendo o Município um défice de casas e que necessita sempre, até para realojar pessoas, como aquela senhora que estava aqui, que está em condições de dificuldades na casa dela, porque é que se coloca à venda, se é verdade esta informação que eu tenho, essa casa?"

Carlos Mendes: "Ora, boa noite Senhor Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, Presidentes de Junta, Deputados e vereadores e os municípios claro. A pergunta é sobre a alteração de plano que ouve no Escarapão há alguns tempos atrás, saber quem é o responsável da obra, da estrada, que atravessa o Escarapão entre o Cerro do Ouro e Patã de Cima. Quem é o responsável por ela, porquê? Porque essa estrada faz imensa falta a todos os municípios e as pessoas que lá vivem na zona. Pergunto porque é que, no meio da estrada, entre, mais propriamente ao pé da pedreira e das pedras mármorees do Hélder, porque é que está ali há cerca de trezentos, quatrocentos metros, só com tuvenam, há pelo menos, senão há um ano, pouco falta. Para quando é que vão fazer esses trezentos ou quatrocentos metros que faltam? E aproveito para que, há já uma fiscalização nessa mesma estrada que, já abateu a maior parte dela e os carros batem com a parte da frente na estrada, na mesma. E além deste pormenor que é uma coisa que me custa e quando as coisas me custam eu não consigo ficar calado. O senhor Presidente, aquela senhora que fez aqui a pergunta, por causa da casa, perguntou ao senhor Presidente quem era o responsável, quem é que lhe ia pagar os prejuízos que essa mesma pessoa tem e o senhor Presidente, desculpe lá, o senhor Presidente não lhe respondeu, eu gostava de lhe pedir para que você respondesse, quem é que vai ser o responsável pelo prejuízo que a senhora lá tem, está bem?" -----

Carlos Vieira: "Ora boa noite, quero cumprimentar todos os presentes e os que estão lá em casa e senhor Presidente para ser mais breve, o que me traz aqui hoje é um assunto que já tem umas décadas, tem a ver com aquela questão, aquele acesso à praia da Oura, que está ao lado do antigo Beach Club, aquele buraco, que está ali, e que, uma construção parada com cerca de trinta e tal anos e que nos últimos tempos tem se vindo a degradar. Foi colocado lá ultimamente umas placas em alumínio que protegem um bocadinho aquela ribanceira que está lá, que tem se estado a degradar ao longo dos anos, foi colocado também umas baias fixadas e umas pedras naquela zona para os carros não estacionarem



e aquele acesso além de estar perigoso começa a estar vergonhoso. Sendo que, passam dezenas, centenas, se não for milhares de pessoas diariamente durante o verão e há uma necessidade de requalificação daquela área e tentar perceber o que se passa ali. Primeiro ponto e a pergunta concreta é, o que se passa ali, qual o ponto de situação em relação aquela obra, em relação aquele acesso que, está há mais de trinta anos naquela situação? Depois outro ponto, era uma recomendação, que se tentasse minimizar aquele aspeto já para esta época, tão próximo já só se consegue fazer remendos, mas que fosse possível, através de se calhar, alguns artistas que nós temos no concelho, fazer ali uns desenhos, colocar ali umas placas com um aspeto melhor do que aquele alumínio que está ali, e está a partir, está degradado e melhorar todo aquele acesso, aquela situação que está ali, todas aquelas pedras, que aquilo não tem assunto nenhum, aliás agora colocaram uma baia cá em baixo, as pessoas entravam por ali e depois não tinham saída, quem subia no lado esquerdo, e tentar melhorar aquele aspeto. Verdade também seja dita que, têm arranjado o passeio quando se desce, mas só se consegues descer por um lado, a partir de um determinado ponto a descida só se desce pelo lado esquerdo para quem vai a descer, o lado direito não se consegue descer, devido aquela situação, mas a questão é que aquele passeio também não está em condições, aquilo tem que haver uma requalificação ali, para este ano será muito apertado mas, em termos futuros tem que se pensar o que se vai que fazer ali. Aliás, eu penso que a requalificação de todas as áreas das Areias de S. João existia um plano que foi apresentado há alguns anos atrás, três anos, penso eu, da requalificação das Areias de S. João, também gostaria de saber qual o ponto da situação desse plano. Posto isto, tenho mais ali a questão da iluminação, aquele acesso à praia da Oura que está muito deficiente. Havia mais questões a colocar, mas resumindo, basicamente o que me está a preocupar mais é aquele aspeto e aquela situação perigosa, para já ser remediada pelo menos o mais breve possível e ainda para este ano". -----

Carla Vieira: "Muito boa noite a todos, aproveito para desejar um feliz Ano Novo a todos, porque efetivamente neste ano de dois mil e vinte e dois é a primeira Assembleia que estamos juntos e por isso desejo que todos tenham saúde e alguma paz e vamos ver se vamos ter alegrias. Ora tenho duas questões para o senhor Presidente, a primeira prende-se com o Gabinete de Apoio à Juventude de Albufeira que, tive a oportunidade de ir visitar e fiquei chocada. Fiquei chocada com as vergonhosas condições em que aqueles dois funcionários exercem as suas funções. O gabinete está instalado em dois



contentores, há cerca de sete anos, sem casa de banho, sem qualquer tipo de condição minimamente apetecível para fazer o quer que seja para fazer em prol dos nossos jovens. Pergunto ao senhor Presidente se conhece aquelas instalações e se efetivamente conhece, se as considera dignas, uma vez que é apanágio deste executivo melhorar substancialmente as condições de trabalho de todos os funcionários da Câmara. A segunda questão prende-se com um assunto que já foi trazido a uma Assembleia, penso que em Novembro, a Assembleia de sessão de quinze de Novembro, em que, e aproveitando o facto no percurso do presente mês de Fevereiro, estar a ocorrer espetáculos aqui no auditório, portanto, da nossa cidade e foi questionada a razão pelo qual os bilhetes de acesso a estes espetáculos não serem feitos também pela via online. Pergunto se já foi feita alguma coisa nesses sentido, se efetivamente já foi celebrado algum protocolo com alguma entidade para a venda online de bilhetes, uma vez que, o horário de funcionamento da bilheteira, sendo certo que eu sei que, a venda dos bilhetes é feita no próprio local e mesmo pode ser feita no mesmo dia, desde que há já acessível e disponibilidade nesse sentido, eu pergunto se, efetivamente não seira uma forma mais fácil de atrair público, porque muitos dos espetáculos que eu própria já assisti, o público muitas vezes é público estrangeiro e efetivamente seria uma forma também de trazer os munícipes aos eventos que ocorrem aqui na nossa cidade, e é tudo". -----

Margarida Guilherme: "Ora, muito boa noite senhor Presidente, muito boa noite senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia, aos colegas deputados, aos senhores vereadores. Eu vivo em Albufeira quase desde que nasci, portanto, estes últimos trinta anos senti muitos problemas, estive dentro de uma sala de aulas ou ao volante de um táxi, e, portanto, vivi muitas experiências, passei por muitas situações e as dificuldades que os Albufeirenses foram sentindo ao longo destes trinta anos. Pensei muitas vezes participar na Assembleia Municipal, chegou agora a altura, numa altura em que já estava de saída para outro concelho, regressei pela mão de um dos candidatos e aqui estou com muito gosto. Pretendo trazer durante estes quatro anos, em que me permitem aqui falar em público não é, e falar pela minha terra, eu sinto Albufeira como a minha terra, é a terra do meu pai e, eu sinto-a como minha terra, eu posso ir para qualquer sítio do mundo, Albufeira irá sempre no meu coração e pretendo trazer aqui vários assuntos, um de cada vez para não doer muito. Nunca tinha estado numa situação como esta, numa Assembleia Municipal e dói-me ver por exemplo o senhor Presidente ter que responder, é quase, é o pivô, tem que responder a tudo não é, mas pronto ele é



a pessoa responsável pelo executivo e por isso responde. Mas atrás dele está um enorme aparelho, com muitas pessoas e imagino o trabalho que significa levar por diante esta Câmara, e dar resposta a tudo e a todos deve de ser muito difícil. As coisas públicas não são tão fáceis como as pessoas lá fora imaginam, se calhar eu própria, aqui é que eu vejo o quanto é difícil dar resposta a tudo e a todos, ter tudo bonito e ter tudo bem, mas, de facto Albufeira já teve melhores tempos e esta pandemia só veio piorar, portanto nós estamos todos aqui para torná-la melhor. Eu trago hoje só um pequenino assunto, pretendo trazer muitos mais, um de cada vez para não doer muito. Hoje trago o assunto da regulamentação dos Tuk Tuk, eu andei ao volante de um táxi de turismo, durante cerca de vinte anos, e fui observando os problemas que os transportes foram tendo em Albufeira e a certa altura, apareceram há cerca de sete ou oito anos atrás, os Tuk Tuk em Albufeira. Foi pedido em dois mil e quinze, salvo erro, ao senhor Presidente, infelizmente já não está cá connosco, em dois mil e quinze foi pedido que se fizesse uma regulamentação para os Tuk Tuk, em dois mil e dezassete foi levada uma proposta a uma reunião de Câmara que foi aprovada, de um regulamento e a partir daí nada mais foi feito. Portanto, passaram cinco anos e os Tuk Tuk continuam por regulamentar, o que queria perguntar então ao senhor Presidente era se foi feita alguma coisa, e pelo menos até à próxima Assembleia o senhor Presidente diga se foram dados alguns passos, se vão ser dados neste próximo verão já podemos contar com alguma regulamentação deste tipo de transporte.” -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, senhor Presidente, há bocadinho respondeu, uma resposta sua no sentido em que, se iria adquirir o espaço para as feiras e exposições. Eu penso que a Câmara de Albufeira já adquiriu esse espaço, eu lembro-me de ter sido aqui aprovada a compra, há uns meses atrás, no anterior mandato, portanto não sei se estou enganado, mas responderá a seguir. Eu gostaria também de saber como é que a Câmara Municipal de Albufeira procede aquando, à Assembleia Municipal recebe emails dos munícipes. Emails que tem a ver com o procedimento, com a forma de trabalhar da Câmara e o seu executivo. Eu acho que, se o email vem dirigido à Assembleia Municipal essa mesma Assembleia Municipal, se houver uma resposta, se ela existir, como é óbvio, deve de ter conhecimento da mesma. E estou a falar isto porque, lembro-me do email do senhor Artur Saraiva, que penso que Setembro ou Agosto do ano passado, até numa Assembleia que estava a ser presidida pela Doutora Ana Pífaró, e até hoje não tenho conhecimento da resposta, se foi dada ou não, e se foi, qual foi. Outra questão aqui



também já levantada, penso que pela deputada Luna, tem a ver com os Conselhos. O Conselho de Segurança por exemplo, foi um Conselho que já foi aqui por nós, os membros que nós temos direito a eleger, já foram eleitos, e gostava de saber qual o procedimento, como é que, se as pessoas são notificadas de que foram eleitas para o Conselho, sei que o Conselho de Segurança ainda não foi sequer, não reuniu, mas gostava de saber se há alguma notificação. Por exemplo, nós indicamos um nome, eu não sei se essa pessoa já sabe que foi eleita para o Conselho de segurança, portanto, acho que é importante que isso aconteça, porque as pessoas, no meu caso específico que junto com a minha bancada, indiquei um nome, e estou constantemente a ser por essa pessoa, questionada, o que é que se passa, o Conselho não se reúne, nem sequer fui notificado, afinal fui ou não eleito. Quer dizer não faz muito sentido nós estarmos aqui a eleger um conselho, seja ele qual for e as pessoas nem sequer saberem por parte da Câmara Municipal se foram ou não eleitos para esse Conselho. Eu acho que é importante e acho que se devem de dar respostas e quero aqui reforçar, também o que disse o colega deputado Carlos Mendes, que a D. Rute que esteve aqui, saiu daqui sem uma resposta sua, mesmo tendo feito a mesma pergunta umas cinco vezes, acho que é importante as pessoas saírem daqui com respostas, nem que seja um não, porque um não também é uma resposta. É só". -----

Mónica Félix: "Boa noite a todos, a minha intervenção consiste no seguinte, chegou ao nosso conhecimento que o castelo de Paderne se encontra aberto ao público para visitas às quartas-feiras apenas num curto período de tempo, das dez às treze horas. Questionamos qual a razão de ser, de apenas ser visitável um dia por semana e em horário laboral, acho que não faz muito sentido, se eu quiser por exemplo ir com os meus filhos visitar o castelo durante a semana não consigo. Portanto gostava de saber qual o motivo deste horário. A minha segunda intervenção refere-se à divisão de gestão urbanística em que na reunião de quinze de Novembro o senhor Presidente disse aqui publicamente, palavras suas que, dentro de seis meses ter tudo em dia para que depois se possa tomar outras medidas. Chegou ao nosso conhecimento que dos quatro técnicos disponíveis atualmente para apreciar projetos, há um que através de um processo de mobilidade vai sair, mais um. Há munícipes que nos fazem chegar o seu descontentamento em alguns casos o seu desespero, por estarem há mais de um ano à espera de apreciação e deliberação dos seus projetos. É do nosso conhecimento que a divisão de gestão urbanística já teve uma dotação de nove técnicos, chegando a estar oito técnicos a apreciar projetos em simultâneo, tendo nesta altura sido possível baixar os prazos, ou



seja, esta uma situação ideal. Senhor Presidente porque nos parece que esta situação tem tendência a agravar-se ao contrário do que o senhor Presidente manifestou, e porque já passaram mais de três meses da data que anunciou que contava ter tudo em dia, em seis meses, gostaríamos que nos fizesse um ponto da situação, sobre o que está em curso e o que tenciona fazer para a regularização desta tão importância necessidade". -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, queria deixar aqui duas notas de congratulação, uma que digamos de ordem coletiva, que tem a ver com o reconhecimento que temos que fazer por parte do PS, pela expressiva votação que o partido obteve nas ultimas eleições, Albufeira deu mais de trinta e cinco por cento dos votos ao partido socialista, foi das maiores vitórias de sempre no concelho e outra nota de ordem, digamos de ordem mais individual, os parabéns ao nosso Presidente da Assembleia, Francisco Oliveira, pela sua eleição e esperamos e sabemos que, saberá defender os interesses do Algarve e os interesses de Albufeira, na Assembleia da República. Passando, digamos estas notas, gostaria de levantar aqui uma questão, que já levantei aqui várias vezes, tendo em conta outra Assembleia que pertenci, que é a questão da água e, nesta problemática que estamos a viver e diríamos dramática, nesta altura só há duas formas de encarar o problema da água, por um lado poupar, por outro lado reutilizar. O poupar mais uma vez e lamentavelmente chamo aqui a atenção para uma fuga de água que existe, junto às instalações do Pátio, junto ao portão Norte que já levantei aqui, foi levantada na vereação, houve uma tentativa de resolver, diríamos que esteve quase resolvida e neste momento está praticamente a fuga de caudal ou o caudal da fuga está quase igual ao que estava. Numa situação presente de carência absoluta de água ou quase, é lamentável que aquilo continue a acontecer. Por outro lado em termos de reutilização eu lembro-me que, há cerca de seis, sete anos quando estive aqui também, pertenci a uma Assembleia, na altura sugeri ao Presidente da Câmara na altura, e que enfim, não está entre nós, sugeri que a Câmara construiu-se uma canalização a partir da estação de tratamento de águas residuais de Vale Faro ao longo do todo o eixo viário que pudesse regar todos as zonas adjacentes que onde está, diríamos alguns espaços consideráveis ajardinados, espaços verdes e depois também regar toda aquela zona que corresponde ao Centro de Saúde, o chamado parque do Ribeiro e até ao Parque de Campismo. Portanto, aí está uma zona considerável verde, ajardinada que, gasta enfim uma apreciável quantidade de água ao longo de todo o verão e que podia ser regada com água reutilizável". -----



Presidente da Assembleia Municipal: "Antes de terminar e passar ao Senhor Presidente, gostaria muito brevemente de fazer aqui duas referências, uma delas era perguntar à senhora Deputada Carla Vieira, se já foi notificada de uma resposta a um pedido de esclarecimento, porque eu tenho informação que já foi recebida e irei pedir para remeter a todos os membros da Assembleia Municipal, caso não tenha já sido enviado. Depois para dar aqui informação de um parecer que nos chegou da ANAM, eu vou ser muito breve, eu vou ler a parte inicial e depois a conclusão e pedirei também ao secretariado para enviar a cada um dos Senhores Deputados. A questão é esta; tendo sido apresentada uma proposta pela Câmara Municipal relativa à isenção de taxas, esplanadas e ocupações da via pública, e tendo um grupo parlamentar apresentado uma proposta alternativa no decurso da discussão daquele ponto da ordem de trabalhos, pode a Assembleia Municipal votar em alternativa às propostas apresentadas ou teria a nova proposta de ser submetida ao executivo para ser votada posteriormente. Em resposta e já no final, "à contrário sensu", podem ser alteradas as propostas apresentadas pela Câmara Municipal relativamente às demais matérias, entre as quais aquela relativa à aprovação de taxas e fixação do respetivo valor. Faz-se apenas notar que, a alteração das propostas da Câmara Municipal não co-substancia qualquer alteração à ordem do dia, passando a vigorar a alteração aprovada pela Assembleia Municipal. Conclusão, com exceção daquelas referidas nas alíneas a), i) e m) do número um e alínea l) do número dois, ambos do art.º vinte e cinco do RJAL, podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal, tais alterações não co-substanciam alteração à ordem do dia. Como referi irei pedir para enviar a todos os membros da Assembleia Municipal este parecer, que foi emitido pela ANAM, que é a Associação Nacional das Assembleias Municipais, e os quais eu tenho vindo a solicitar, no sentido de tentarmos encontrar aqui soluções que sejam pelo menos as mais razoáveis e as mais consensuais. Relativamente às questões colocadas, passaria então a palavra ao senhor Presidente para as respostas". -----

Presidente da Câmara Municipal de Albufeira: Boa noite senhor Presidente, agradeço também uma vez mais as questões levantadas e os problemas aqui identificados, portanto que ajuda com certeza a resolvê-los, uns de fácil resolução, outros menos fácil, nem tudo é tudo tão fácil como às se pode imaginar. Relativamente ao senhor Luís Afonso queria dizer que o caminho do Cotovio, foi feito um desvio, mas acho que há lá qualquer coisa de situação que ainda está por terminar, algumas obras que lá estão, portanto isso



há de ser visto, mas de qualquer maneira o senhor Diretor está aqui e também já anotou com certeza neste momento o problema, para de uma forma rápida me responder para eu depois dar uma rápida resposta. A deputada Luna Silva falou sobre o movimento da vida noturna e a segurança, evidentemente que é um aspeto extremamente importante quer para Albufeira, quer para o Algarve, quer para todo o País evidentemente. Que é um dos aspetos, uma das variáveis, mais consideradas na procura de um destino turístico, a par de outras, a par do clima, a par da amabilidade das pessoas, a parte da gastronomia, mas também é fundamental a questão da segurança é sem dúvida. Estão alertadas as forças de segurança do Concelho e não só, embora sejam reduzidas, e são sempre reduzidas. Normalmente na altura de maior aza fama, diversão e na altura da época alta, aparecem sempre o reforço da polícia, da Guarda Nacional Republicana, do corpo de intervenção, mais musculados, mais demonstrativos de força, para que possa obviar essas situações. Aqui a segurança evidentemente nós temos sempre algum problema com os meios de comunicação social, que usam e abusam, penso eu do concelho de Albufeira, ainda há dias eu vi outros concelhos, não vou aqui referenciar, dois concelhos, um do Algarve e outro fora do Algarve, foi ontem uma situação que não é tratado nos órgãos da comunicação social de uma forma tão rude como às vezes aqui se trata determinado, evidentemente que, Albufeira, não sei porque é, alguma razão há de haver objetiva de trazer esse tipo de situações. Veja-se aquela reportagem que saiu sobre uma pessoa que se desequilibrou nas escadas rolantes na passagem de ano de dois mil e dezanove, já passaram dois anos e tal, dois anos e dois meses neste caso, como é que uma situação que está perfeitamente resolvida e eu tive a oportunidade de dizer à jornalista que não vou, a minha vida não é estar, nem dou grande importância a isso, está na frente das câmaras de televisão, nem pouco mais ou menos, não é através da televisão que se resolve problema nenhum, nem através dos meios de comunicação social, eles são importantes para fazer publicitação das coisas, mas de qualquer das maneiras, uma televisão que até foi a televisão do evento, que esteve cá que transmitiu, foi o telejornal de cá, depois vir, dois anos e tal ou depois, recuperar uma situação negativa, fazendo uma recomposição digamos assim da cena, uma reconstituição, com os copos de champagne, garrafas, enfim, são situações que não vale a pena estar aqui a continuar. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, portanto é minha intenção reuni-lo, o mais depressa possível, logo aqui agora a seguir ao Carnaval, portanto depois há de com certeza receber as convocatórias, quem for membro desse efeito. A iluminação de Natal, posso enviar o



caderno de encargos conforme referiu, as contas foram feitas pelos serviços, evidentemente que não as conferi, nem posso conferir, não tenho tempo para isso, mas penso que estarão corretas, não sei se aperceberam há duas parcelas de abatimento, que é uma parcela pelo trabalho não realizado, ou não fornecido e é outra parcela por atraso, por coima relativamente ao incumprimento do contrato. Relativamente ao desperdício da água, evidentemente que o concelho de Albufeira, portanto, desperdiça à volta de vinte por cento das perdas de água, nós temos não sei, em termo de ranking, não interessa aqui, o que os outros perdem, o eu interessa é o que nós perdemos. A perde de água de vinte por cento, evidentemente se fosse dez por cento era muito melhor, claro que sim, mas estes vinte por cento muitas vezes é referente às roturas que tem que estar bastante tempo abertas e só ai há um desperdício enorme, de qualquer das maneiras está a haver agora, houve uma candidatura, não sei se até já decorreu, sobre a questão das perdas de água, nomeadamente em que, e já tive a oportunidade de dizer isso aqui, a nível da AMAL se conseguiu inventariar o somatório dos dezasseis concelhos em cento e cinquenta milhões de euros e o dinheiro que houve apenas para este financiar esta situação, este problema foram trinta milhões, portanto, daí que houve uma redução drástica, evidentemente não é só com financiamentos que se resolve o problema, mas numa fase que estamos, todos os Municípios estão, no fundo, uma fase baixa em termos de receitas era bom que houvesse mais financiamento para isto. Às vezes fala-se tanto, mas depois os financiamentos não são bem aquilo que às vezes se apregoa. O senhor deputado Raúl Ferreira falou aqui em dois aspetos, um deles a construção que está ali sobre a marina, é uma situação que tem havido vários proponentes de compra, vários interessados em adquirir aquele espaço, ainda a semana passada apareceu uma pessoa interessada, imediatamente eu mando, porque há lá alguns problemas, para reunir com um técnico da divisão de gestão urbanística para explicitar o que é que se passa lá, para ver. Até ao momento não evoluiu para situação nenhuma, penso que vamos esperar mais este verão e ver o que é que se poderá depois fazer sobre a coisa. Agora, evidentemente é extremamente péssimo, é mau que as situações cheguem aquelas obras de Santa Engrácia, que tal como o caso que referiu da avenida da Liberdade, não trinta anos, mas provavelmente quarenta já são. Eu acho que quando vim para Albufeira acho que já estava aquilo lá assim, acho eu, não sei, não tenho a certeza. Relativamente à casa do Juiz, a casa do Juiz foi na altura que o ano passado ou há um ano e meio, ou por assim, sugeri que se avaliasse o facto daquilo ser transformado em dois apartamentos para habitação,



mas os custos que aquilo obrigava, porque a casa é de um tipo de construção um pouco difícil de programar precisamente para isso, e preferível vendê-la e com aquele dinheiro fazer outras, compras outras, talvez mais fácil. O senhor Carlos Mendes falou aqui na alteração do plano do Escarapão, pois vou ver o que é que se passa para lá, se já foi ver a questão da estrada. O senhor Diretor está aqui e também certeza já registou e penso que a estrada tem que ir por esses abatimentos, há lá uma parte que está realmente em terra batida, provavelmente hão-de estar na reserva ecológica, não sei se é, mas se for não pode ser impermeabilizada, não pode ser pavimentada, pode acontecer isso, vamos ver. Relativamente ao senhor Carlos Vieira o acesso à praia da Oura, é verdade, aquele buraco esta assim já há muitos anos, não sei há quantos anos são, mas são trinta, quarenta talvez, não sei, trinta anos talvez, vamos ver isso. Relativamente à iluminação pública pois, é a mesma coisa, o Diretor com certeza que também já registou esses dois aspetos, porque que eu acho que é importante. Relativamente ao Gabinete de Apoio à Juventude, já estive lá, não agora, mas o ano passado, o senhor Vice-Presidente há-de responder, se permite senhor Presidente, pois ele é que tem a responsabilidade". -----

Vice-Presidente da Câmara: "Boa tarde a todos, senhor Presidente, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na realidade tem razão e foi por isso que na primeira semana que tomei posse fui ao local e portanto, a conclusão que eu cheguei foi, nesta fase imediata vai ser requalificada, e portanto o processo de requalificação do espaço está em curso, vai ser colocada WC, vai ser requalificada a parte interior e a parte exterior, mas isso não é solução e portanto o Município de Albufeira, neste caso, através do pelouro da juventude tem um projeto da edificação do novo Gabinete da Juventude, que permitirá no futuro também a requalificação daquele espaço. Portanto temos duas dinâmicas, uma agora, já imediato para dar garantia de segurança também aos trabalhadores e depois numa fase mais adiantada a criação de um novo Gabinete de Apoio á Juventude com todas as condições, mas que terá sempre uma dinâmica de inserção com um gabinete de acolhimento às nossas empresas que está do outro lado, acho que é isso".-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a esta questão do Gabinete da Juventude, obviamente que isto já era até para ser feito já há um ou dois anos, mas as situações que ocorreram sobre a pandemia também não deixaram que os orçamentos permitissem toda esta e há mais três ou quatro situações que podiam ter sido resolvidas mas infelizmente não foi possível. Relativamente à venda online dos bilhetes, quero dizer que



há casos em que tem sido bilhetes, nomeadamente o caso do Homem da Amália, foi vendido online, depende das situações, dos contratos que há com as empresas, no entanto estamos a trabalhar para que os próprios, organizados pelo Município só, e não só a cedência do auditório, e depois a bilheteira, seja também de vendas online. Numa época desta acho que é fundamental que isso venha a acontecer. Dona Margarida Guilherme, pois dou a resposta a todos, por isso é que convido ou convoco todos os diretores de departamentos a estarem presente para irem ouvindo as questões, porque depende muito deles, aliás diria até, essencialmente deles, porque eles têm que estar atentos às suas responsabilidades para que possa depois passar para o chefe de divisão, e aquela hierarquia toda, para se poderem resolver os problemas mais rapidamente. Em vez de agora eu registar aqui as coisas e enviar para as pessoas, os senhores vereadores tem respondido também de acordo com aquilo que é solicitado, que é perguntado. O regulamento dos Tuk Tuk, o meu chefe de gabinete, o Délio, está a tratar disso com a rede viária e com a parte do turismo, depois vão ser convidados também a, de alguma forma a dar alguma dica, e a analisar o processo que é para depois ir à reunião de Câmara e vir à Assembleia. O senhor Leonardo Passo falou aqui na aquisição do terreno para exposições e feiras, o terreno se for aquele já foi adquirido, mas tem havido, evidentemente tem que ser alterado, provavelmente tem que ser alterado o PDM para que possa lá levar construção, por que não é de todo de construção, só é uma pequena parte, isso quando o PDM for revisto, está a ser revisto dentro de um ano e pouco deduzo que será feito. Os emails sem resposta, não foi do meu conhecimento esse email, que a senhora Rute falou, vou saber". -----

Leonardo Paço: "Em relação aos email sem resposta, eu até disse o nome da pessoa, é um email do senhor Artur Saraiva, penso que de Setembro do ano passado e depois frisei aqui a dona Rute ficou sem resposta, assim como o Carlos Mendes também frisou, em relação aquela parte quem é que pagava todos os problemas que teve com a roupa e outros bens materiais, era a isso a que me estava a referir e os emails sem resposta, foi um email que veio direcionado à Assembleia Municipal e como não é do nosso pelouro, é do pelouro do executivo, deve de ser o executivo a responder, mas também deve de dar conhecimento à Assembleia Municipal. Eu não tenho conhecimento de ter havido resposta a esse email, assim como outros, mas pronto, estou a frisar esse para termos um específico, para se perceber que se tem que dar conhecimento à Assembleia quando vem dirigidos à Assembleia". -----



Presidente da Câmara: "Vou verificar esses emails. Relativamente á senhora Mónica Félix, sobre a questão do Castelo de Paderne, vou ver o que é que se passa com o horário e qual a razão porque é só este horário. Portanto, com certeza terá que ser mais algum horário, deve de ser por falta de pessoal, depois poderei responder. A gestão urbanística já disse e repito, a previsão é de dentro de seis meses, seis meses não a partir de agora claro, mas a partir de quando eu disse, estar a situação em dia. Há procedimentos que já estão a caminhar nesse sentido, embora não seja o suficiente, mas tenho algo pensado que poderá vir a ser possível, e ser eficaz, enquanto tiver esse objetivo vou mante-lo, só se alguma coisa não correr da forma como eu teria pensado, mas é relativamente um problema, evidentemente que é, e não é só de agora, como sabe, ou talvez saiba, já vem de algum tempo esta parte e não é pela questão de haver três ou quatro ou cinco, há evidentemente, pode vir a piorar mas quando havia sete, oito ou nove, também havia já algum atraso desde essa altura. Mas isso não é razão para, temos que analisar o que é que existe e depois arranjar estratégia para a solução, estamos a trabalhar nisso. Relativamente à água, à fuga, penso eu Domingos, é no depósito elevado, o senhor diretor vai ver essa situação com certeza. Relativamente á reutilização da água ali do ribeiro, quero dizer neste momento e há algum tempo que aquela, a partir da Cocheira até ao parque de campismo, já está a ser regado com água da nora, só, portanto já não há água da rede naquela rega e prevê-se que daí para baixo também possa vir a ser, também o mesmo caso. Relativamente a este aqui, para além da rega ser, estamos a trabalhar com as águas do Algarve, para ser regada através da água, saída das águas residuais, do tratamento, da saída da Estação de Vale Faro, no entanto também a par disso e simultaneamente ou não, não quer dizer que seja em simultâneo, pode não ser, fazer uma reestruturação dos espaço verdes e evitar aquilo que é a rega por aspersão, como já disse, desperdiça muito mais água do que a rega gota a gota, e as plantas que estão a ser neste momento usadas que é praticamente só, relvas terminar com isso e haver outro tipo de plantações, já estamos a fazer experiências dentro dos próximos dias para que isso se possa vir a fazer isso, para ter efeitos".-----

Domingos Coelho: "Só para lembrar que essa fuga lá em cima no Páteo, está lá há anos a correr pela terra fora, há anos que aquela fuga existe e agora foi tentado ultrapassar, remediar essa fuga e que voltou exatamente a fuga a acontecer".-----

Presidente da Câmara: "Senhor Diretor o Engenheiro Batalha, já registou o assunto e irá já amanhã dar uma resposta sobre isso".-----



Presidente da Assembleia: "Não queria deixar de agradecer as palavras do senhor deputado Luis Afonso, com quem já privo há muitos anos nesta Assembleia e por quem tenho estima pessoal, não só pelo deputado Luis Afonso, mas por muitos outros que aqui estão, muito obrigado pelos votos. O que lhe posso dizer é que tentarei fazer o melhor, o que tiver ao meu alcance, naturalmente e relativamente à questão da saúde posso lhe dizer que a questão do hospital foi já colocada no programa do Governo e que para além do hospital há uma outra questão extremamente importante que é a remodelação dos vários centros de saúde, ou seja, o centro de saúde proximidade, no sentido de evitar muitas vezes o bloqueio dos hospitais centrais. São políticas nesse sentido que espero que dentro destes quatro anos sejam implementadas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Três pontos acerca da informação escrita do senhor Presidente, no âmbito das florestas, relativamente às candidaturas, o Partido Chega vem saber se a Câmara Municipal de Albufeira já formalizou a candidatura para o apoio ao financiamento dos gabinetes técnicos florestais, nos termos do disposto no artigo doze da portaria número setenta e sete barra dois mil e quinze de dezasseis de Março, que aprovou o regulamento do fundo florestal permanente, que decorreu até ao passado dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um. Segundo ponto, relativamente aos protocolos, foi subscrita pelo senhor Vice-Presidente na passada reunião do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, no qual foi apresentada pela Associação de Angolanos e Amigos de Angola uma proposta de apoio financeiro no montante de quatro mil euros para o ano de dois mil e vinte e um, sendo que nos últimos dois anos foram atribuídos os seguintes apoios financeiros a esta associação, no ano dois mil e dezanove a participação financeira



no montante de cinco mil euros e no ano dois mil e vinte a comparticipação financeira no montante de sete mil euros. Em contra partida, a entidade beneficiária tem obrigação de apresentar ao município de Albufeira toda a documentação que demonstre a realização de atividades e de projetos elencados no protocolo através de documentos comprovativos dessas mesmas despesas. O Partido Chega pretende saber se desde dois mil e dezanove, esses documentos foram enviados pela entidade beneficiária e em caso afirmativo, requer-se desde já o envio dos mesmos à deputada do Chega. Para finalizar, aprovou-se a celebração de uma adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre o município de Albufeira, Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, com vista à futura celebração do contrato interadministrativo destinado à reabilitação das instalações do posto territorial de Olhos de Água, com base no protocolo, o município ficaria responsável pela elaboração dos projetos das obras e a Secretaria-geral da Administração Interna pela promoção da celebração do contrato interadministrativo, queria fixar os prazos, as condições e as responsabilidades pelos custos inerentes à execução da obra. As despesas relativas à construção ficariam repartidas em partes iguais entre a autarquia e o Ministério. O Partido Chega pretende saber qual o teor dessa adenda, se já foi celebrado esse contrato interadministrativo e se já existe uma data prevista para o início das obras do posto territorial da GNR de Olhos de Água, uma vez que este protocolo foi assinado em setembro de dois mil e dezoito.”-----

Domingos Coelho: “Relativamente à informação do senhor Presidente, duas questões. Uma tem a ver com o Centro de Acolhimento Empresarial, tendo conhecimento que supostamente funciona há seis, sete anos, pretendia saber, neste momento qual a ocupação daquele espaço, tendo em conta a dificuldade em adquirir ou arrendar espaços para habitação e neste caso para escritórios. Isto consta na página onze e na página vinte e um, tem um tópico sobre indicadores económicos que diz receitas próprias representam duzentos e cinco por cento da despesa total. Isto é uma situação financeira perfeitamente folgada, digamos assim, como é que isto é ou não compatível com há dois meses atrás que pensou-se um aumento de impostos?” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao fundo florestal, a candidatura foi elaborada, foi remetida. A questão do apoio aos Amigos de Angola irei verificar a situação e ver o que existe para depois lhe enviar. A adenda ao protocolo para a construção do quartel da GNR dos Olhos de Água, com o Ministério da Administração Interna, estava



estipulado o valor que os projetos dependeriam da Câmara, embora não seja da responsabilidade da Câmara, e tinha de ser a Secretária-geral do MAI a dar o parecer favorável à elaboração do projeto e a obra estava na altura orçamentada em quinhentos mil euros e caberia a cada entidade duzentos e cinquenta mil euros a cada um. Ao longo destes anos todos, foram enviadas variadíssimas vezes o projeto para a Secretária-geral do MAI e a resposta muitas vezes era porque uma janela deveria de estar num lado e passou a estar no outro e caímos numa fase destas em que o Governo ainda não tomou pose, não estará de acordo com o projeto e teremos de fazer uma adenda onde perguntaram há dias se a Câmara está interessada em continuar a apoiar a feitura dos projetos. Infelizmente tem de ser a Câmara a fazê-lo. Eu disse que sim, para não dificultar mais o problema, como sabem é da inteira responsabilidade do Ministério da Administração Interna. E mesmo com estas faculdades todas, estas facilidades da Câmara pagar os projetos, quer de arquitetura, quer de especialidades e pagar metade da obra, na altura quinhentos mil euros, agora com certeza muito mais, mesmo assim a situação está ainda como está e só espero que com a tomada de pose do novo Governo irei imediatamente falar, porque é uma situação urgentíssima. Relativamente ao Domingos Coelho, o espaço de Acolhimento de Albufeira foi feito um concurso para as pessoas se candidatarem há um ano e tal, se não tem havido mais ocupação é porque certamente ainda está a ganhar tempo, espaço. Relativamente aos indicadores económicos, quanto a isso teremos de melhorar, com certeza, a parte económica e a parte de equilibrar um pouco mais o orçamento, a nível da qualidade das despesas e da qualidade das receitas para ficar mais equilibrado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 15.12.2021 e 29.12.2021;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 15/12/2021:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram.-----

Helena Simões: "A bancada do PSD/CDS absteve-se na aprovação da ata de quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, porque tal como falado à data e continua a ser a visão da bancada em questão, sempre que estaremos na eminência de votar para eleger duas ou mais pessoas o método a ser aplicado deverá ser sempre o método D´Hont, pois o método D´Hont é o modelo matemático utilizado para converter votos em mandatos com vista à composição de órgãos de natureza colegial. E apenas assim, o sistema de representação proporcional estará salvaguardado e garantirá que mais do que uma força política poderá estar representada nos órgãos a eleger, motivo pelo qual foi suscitado na altura, no ponto cinco da ordem de trabalhos da dita Assembleia, foi debatido se seria aplicável ou não o método D´Hont, entendeu o Presidente à data que não seria aplicável, discordamos nós na altura e mantemos a discordância, motivo pelo qual nos vamos abster nesta votação."-----

Presidente da Assembleia: "De facto, o que está na ata foi exatamente o que aconteceu, portanto, não está em causa o conteúdo da mesma e a sua contradição com a realidade. Uma coisa é a posição que os senhores tomam e legitimamente podem tomar, outra coisa é a fidelidade que a ata tem relativamente aquilo que aconteceu e se verificou."-----

Helena Simões: "Se me permite e até porque tem havido aqui muito troca de informação e muito debate aberto, acho que uma declaração de voto é uma declaração de voto, é para ficar em ata, não é suscetível de ser censurado ou não. Eu compreendo o ponto de vista, foi efetivamente aquilo que aconteceu, nós mostramos na altura o nosso desagrado e estamos a reitera-lo agora, por força da declaração de voto. "-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 29/12/2021:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram.-----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do valor da quota anual a pagar à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Designação de 3 elementos para integrar na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Por consenso e por um acordo de cavalheiros, digamos assim, entre as diferentes bancadas, foi possível encontrar uma lista consensual que passa pela indicação por parte do PSD/CDS, Albufeira Prometida e pelo MIPA, o PSD/CDS com o senhor Sérgio Brito, Albufeira prometida Mónica Coimbra e o MIPA, Raul Ferreira. Ficou acordado entre as forças que na próxima substituição que será em dois mil e vinte e três será feita por indicação da bancada do PS."-----

Leonardo Paço: "Quero dizer que vou votar contra, por causa de um dos nomes da lista."-----

Presidente da Assembleia lê proposta apresentada pelo deputado Domingos Coelho. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação por escrutínio secreto.-----

VOTAÇÃO:-----

SIM: vinte e três (23) -----



NÃO: dois (02) -----

A lista foi aprovada por maioria.-----

PONTO CINCO

Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Assembleia: "Iria propor um método para discutirmos esta questão, enviei juntamente com os documentos da Assembleia Municipal uma proposta que foi elaborada nos trabalhos da comissão, que foi criada para o regimento da Assembleia Municipal. Esse documento ainda hoje foi alvo de pequenas alterações, numa reunião que tivemos às seis da tarde, devo dizer que tivemos algum consenso em muitas das matérias mas há dois ou três pontos em que não chegamos a acordo pelo que serão agora aqui discutidos. A proposta de metodologia seria votarmos a proposta que veio juntamente com a documentação da Assembleia Municipal e depois votarmos as propostas de alteração propostas pelo grupo PSD/CDS."-----

Helena Simões: "Corrija-me se estiver errada, o regimento diz que elas são votadas em alternativa, apenas e só nos pontos em questão, tudo o resto subentende-se que é de consenso. O regimento diz que havendo propostas contrárias e opostas são votadas em alternativa e aquilo que o Presidente está a propor é que se vote um documento como um todo e depois separadamente e isoladamente se vote a proposta? Só estou a tentar enquadrar."-----

Presidente da Assembleia: "Vai dar na mesma. O documento tem de ser aprovado e as propostas em alternativa são as propostas em que não chegamos a acordo. Aprovaríamos o documento na sua totalidade exceto aquelas que vamos votar uma a uma em alternativa com aquilo que foi consensualizado. Nós temos de aprovar um documento na sua globalidade e este documento é o regimento. As outras serão colocadas e propostas em alternativa." -----

Carlos Quintino: "Digníssima assembleia, digníssimos munícipes, boa noite a todos, senhor Presidente, não sei se essa será a melhor forma de votação, mas já lá vamos. Eu gostava que me permitisse apresentar a proposta da bancada do PSD/CDS apresentou em sede de regimento primeiro e depois entraríamos nessa forma de votação. Passaria a apresentar a proposta: vem a bancada do PSD/CDS na Assembleia Municipal, em sede



de revisão de regimento propor as seguintes alterações, ao artigo dezasseis, período do público acrescentaríamos ao número dois o seguinte, os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, morada completa e assunto a tratar. Ao artigo dezanove acrescentaríamos um número oito, o artigo dezanove refere-se às formas de votação, e propomos que quando são apresentadas duas ou mais listas a votação e sendo o número de eleitos a apurar superior a um, que a apuração da votação deve ser sempre feita pelo método D'Hont. Ao artigo trinta e cinco, ofensas à honra ou à consideração, acrescentaríamos o direito de resposta com o ponto número três, com a seguinte redação, qualquer ponto da ordem de trapalhos, quando existir contraditório, os membros da Assembleia dispõem do direito de resposta a exercer até três intervenções, no tempo máximo de intervenção de três minutos cada. É esta a proposta da bancada do PSD/CDS." -----

Presidente da Assembleia: "Entretanto devo referir que o documento que nós juntamos foi ainda alvo hoje de três acordos, coisas relativamente menores mas que passaria a informar. A primeira proposta do artigo dezasseis, feita pela bancada do PSD/CDS foi unanime, portanto o grupo de trabalho incluiu essa proposta, no sentido de se referir o nome e morada completa, que era o que estaria a faltar no documento. Outra proposta que também foi aceite por unanimidade no grupo do regimento foi, uma proposta que tem a ver com o artigo quarenta e quatro, em que se reduziu o prazo no número dois do artigo quarenta e quatro de oito dias para sete dias. A ideia foi transmitida pela deputada Helena Simões, porque anteriormente os senhores deputados tinham um espaço temporal de três dias para apresentarem propostas e com a proposta que tínhamos feito inicialmente eram só dois dias. Concedeu-se no artigo quarenta e quatro, número dois, que em vez de oito dias são sete dias seguidos sobre a data da sessão. Foi também esta proposta foi aceite por todo o grupo. Depois, o artigo quarenta e um não espelha exatamente a realidade, porque na verdade a legislação relativamente à responsabilidade funcional da Assembleia Municipal já foi alterada, alteramos também este artigo quarenta e um, dizendo o seguinte, existe responsabilidade funcional da Assembleia Municipal resultante de atos ilícitos culposamente praticados e pessoal, dos seus membros resultante de atos dolosos, nos termos da legislação em vigor, referente aos representantes das autarquias locais. Estes três pontos ficaram assentes e integram o documento proposto pelo grupo, ou seja, a proposta de regimento. Os únicos



dois pontos que estarão aqui para votação seriam os que estão à discussão, pelo que pode intervir quem quiser para questionar estas propostas ou fazer qualquer tipo de comentário. Não havendo inscrições, passaria à votação do documento na sua globalidade e depois em alternativa estas duas alterações propostas pelo PSD/CDS. "-----

Carlos Quintino: "Eu não discordo dessa sua forma, o que eu queria mencionar é o seguinte, efetivamente há um documento base que sai de uma sede de comissão onde houve consenso, mas há também, com toda a legitimidade que a democracia nos concede aquilo que é uma proposta que em dois pontos não se levantou esse consenso, levantou-se num, portanto tem três pontos, proposta da minha bancada, que deve ter de certa forma a mesma relevância do ponto de vista da votação, que a proposta primeira, de sede de comissão. Ou seja, não sei até que ponto é que o voto em alternativa lhe confere essa mesma importância, mas deixo essa questão à Assembleia, naturalmente. Isto é uma reflexão, votar em alternativa, eu não sei se não seria e fica a minha sugestão de votar as duas propostas, não sei se não seria de se votar as duas propostas."-----

Leonardo Paço: "Eu não estive neste grupo do regimento e isto está a deixar-me deveras confuso. Parece-me que vou estar de acordo com o Carlos Quintino, acho que devem ser duas propostas, para podermos escolher aquela que o grupo parlamentar do PSD apresenta e se não há acordo, uma outra, com as diferenças senão está um bocado confuso, na minha ótica."-----

Raul Ferreira: "Tendo participado na reunião da comissão, parece-me que seja mais prático fazer a votação das alterações que o PSD pretende efetuar, primeiramente faz-se a votação e depois, residualmente faz-se a outra votação do documento que nós elaboramos. Penso que é uma forma prática e simples de solucionar este não problema que existe."-----

Presidente da Assembleia: "A questão aqui está em fazer primeiro a votação do documento genérico ou fazer primeiro a votação dos pedidos de alteração. Vai dar no mesmo, só para dar uma indicação, normalmente, as votações que se fazem lá em cima, começa-se por votar o documento na sua globalidade e depois votam em alternativa as propostas de alteração. De qualquer das maneiras vai dar ao mesmo."-----

Carla Vieira: "Apesar de dar no mesmo, acho que de forma a serenar estas questões, colocaria a sugestão à mesa de colocar à votação a possibilidade de votar o documento único e uma outra votação, de colocar à votação as alterações propostas pelo PSD e a maioria decidiria."-----



Presidente da Assembleia: "Com todo o respeito, mas parece-me que aí vamos ter três votações e não havia necessidade. A ideia será, se querem votar em alternativa é, o documento sem as alterações que o PSD propõe e o documento com as alterações, proposta A e proposta B e fazemos em alternativa. Assim sendo, fazendo a proposta e a votação em alternativa, a proposta A é a proposta que veio da comissão, que não inclui as alterações emanadas pelo grupo parlamentar do PSD/CDS, portanto, proposta A. E a proposta B é aquela que inclui as alterações emanadas pelo PSD/CDS."-----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente não me leve a mal, mas daquilo que ouvi os meus colegas deputados municipais, fiquei com a ideia de que haveria alguma tentativa de consenso no sentido de votar individualmente cada proposta. Foi isso que eu entendi."--

Inês Mendonça: "Boa noite, relativamente a esta questão do regimento, há um documento base, com alterações que saiu do nosso trabalho em grupo, depois há propostas que foram colocadas à parte, pelo PSD e não encontraram consenso nesse grupo de trabalhos, portanto, nessa perspetiva, o que eu acho é que esta proposta que está na ordem de trabalhos e que foi facultada a todos os deputados tem alterações que foram com consenso e ao encontro de todos, portanto acho que nesse sentido, esse documento deve ser submetido a aprovação e posteriormente, as outras alterações propostas pela bancada do PSD, que não encontraram consenso deverão ser discutidas e deliberadas à partem, a seguir."-----

Helena Simões: "Não discordando da metodologia apresentada, mas corrija-me se estiver errada, porque cheguei um bocadinho atrasada à reunião das seis da tarde, também tinha havido a questão do início das sessões das Assembleias, havia uma terceira."-----

Presidente da Assembleia: "Peço desculpa, há de facto uma proposta que é individual, porque os elementos do grupo não podem votar pelos membros da Assembleia, que tem a ver com o horário das sessões. Cada elemento da Assembleia irá votar essa proposta. Temos três propostas para esse ponto, ou seja, temos a proposta de serem todas às sete e meia da noite, todas às vinte e uma horas ou como agora temos, no verão às vinte e uma e no inverno às dezanove e trinta. Por isso teremos de votar um documento e depois votaremos em alternativa as outras propostas. Agora votamos o documento e depois votamos aquelas em que não estamos de acordo e, cada um votará em conformidade."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação o documento que foi enviado a todos os membros.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a favor: dezassete (17) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

O documento foi aprovado por maioria.-----

VOTAÇÃO ART. 19 - FORMAS DE VOTAÇÃO, APRESENTADA PELO PSD/CDS:--

Votos contra: dezassete (17) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO ART. 35 - OFENSAS À HONRA OU À CONSIDERAÇÃO, APRESENTADA PELO PSD/CDS:-----

Adriano Ferrão: "Eu acho que estas propostas carecem de alguma sustentação. Esta, por exemplo, é precisamente para que não haja o que tem acontecido por aqui, em que os protagonismos vocais são para lá dos três minutos, atrasando toda a sessão. Estamos agora no ponto cinco, prestes a terminar o tempo regulamentar de uma sessão da Assembleia. Precisamente para obviar esta situação é que se coloca aqui a necessidade, porque depois há o direito de resposta e como não estão regulamentados acabam por se estender e atrasar qualquer sessão, obrigando a que a Assembleia se repita novamente passado vinte e quatro horas ou mais, conforme for o entendimento da Assembleia, que é soberana nesse caso, de qualquer maneira, acarreta mais despesas ao contribuinte, se podemos limitar essas intervenções, a três vezes, três minutos, nove minutos, a pessoa não vai ter mais tempo para estar aqui."-----



Inês Mendonça: "Aqui a questão é que a bancada do partido socialista entende que esta alteração ao artigo vai precisamente fazer com que as Assembleias Municipais se tornem intermináveis, porque vou voltar a ler este ponto que diz que em qualquer ponto da ordem de trabalhos, cada membro, não é cada partido, tem direito de resposta até três vezes, cada vez três minutos. Isto é que vai fazer com que a Assembleia Municipal se torne interminável, para além de que o próprio regimento já prevê, em vários artigos, nomeadamente desde o artigo trinta até ao artigo trinta e seis, várias intervenções por parte dos deputados. Mais ainda, gostaria de dizer o seguinte, a acrescentar tempos, então temos de acrescentar tempos para todas as intervenções, de todos os membros, do senhor Presidente da Assembleia, do senhor Presidente da Câmara, por isso entendemos que este artigo não deve ter lugar no regimento."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, o objetivo desta proposta em limitar tempos é precisamente o contrário, é poder haver alguma limitação de tempo nas intervenções, mesmo podendo conferir o direito de resposta. É precisamente o contrário. Temos assistido nesta Assembleia e vamos pouco tempo de expirar o tempo parlamentar, é efetivamente um exceder de tempo. Portanto, a proposta é mesmo nesse sentido, no sentido de não podermos exceder esse tempo, nos autodisciplinarmos, de certa forma. É feita de uma forma positiva, não há aqui negatividade absolutamente nenhuma senão tentar essa autodisciplina da digníssima Assembleia."-----

Adriano Ferrão: "Só para completar, trata-se de uma limitação de tempo e não, como a senhora deputada teve aqui a dizer, que seria um acrescentar tempo. Também não decorre daí, que se tivesse que generalizar agora a intervenção de cada um, tivesse que se regulamentar as intervenções dos vereadores, do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia, dos secretários, não é necessário isso, portanto, estamos a falar de uma maneira positiva, como disse o meu colega de bancada, é no sentido de limitar, porque há muita gente que está aqui há muitos anos e sabe que essas situações se estendem e às vezes estendem-se por meia hora, pessoas a falar em contraditório, em defesa da honra, por isso mesmo, o que nós queremos é eficácia na Assembleia. Eficácia e que se seja objetivo na Assembleia."-----

Leonardo Paço: "Eu ando aqui há menos tempo que o meu colega Adriano Ferrão, mas não me lembro sequer de nenhuma Assembleia ter sido passada para o dia seguinte. Também não me lembro de hoje alguém que tenha falado durante nove minutos, portanto, não estou a perceber."-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: catorze (14) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



Abstenções: três (03) Carlos Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes. -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "Vamos passar à última votação que vai ter de ser feita de forma tripartida, ou seja, temos de fazer três votações. Quem quer votar que o horário das Assembleias seja às dezanove e trinta, durante todo o ano, numa segunda votação em alternativa, quem quer entre as dezanove e trinta e as vinte e trinta e uma e quem quer que seja sempre o horário das vinte e uma horas."-----

Helena Simões: "Só clarificando, que as sete e meia e as nove e meia tem a ver com o horário de verão e inverno."-----

Leonardo Paço: "O que está hoje é sete e meia, nove, não é nove e meia. Eu quero dizer que vou votar a favor das nove, pois a grande maioria de nós trabalha e este horário às sete e meia prejudica-nos diversas vezes o nosso horário laboral."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação em alternativa: -----

Horário todo o ano às dezanove e trinta: um (01) José Vila-Nova. -----

Horário todo o ano às vinte e uma horas: seis (06) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Domingos Coelho, Leonardo Paço, André Lima e Carla Madeira. -----

Horário dezanove e trinta de inverno e vinte e uma de verão: dezoito (18) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Foi aprovado por maioria o horário: dezanove e trinta de inverno e vinte e uma horas de verão. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos seis e sete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA da 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do plano 2022; -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação sob proposta da CMA da 1.ª Revisão. Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, incluindo a 1.º Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2022; -----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Sílvia Dias: "Boa noite, a bancada do Partido Socialista defende que a mobilidade é fundamental para o desenvolvimento do concelho. A degradação das infraestruturas no nosso concelho tem-se vindo a verificar ao longo destes anos, é necessário criarmos obras de impacto, para darmos qualidade de vida à nossa população do concelho. A população do concelho merece o melhor para eles, por isso a bancada do partido Socialista apresenta três exemplos dessas infraestruturas que tem vindo a ser cada vez mais degradadas e apresentadas já, para se tentar resolver e até agora a Câmara Municipal ainda não as realizou. Um exemplo delas é a estrada de Vale Loulé, que a Junta de Freguesia de Paderne solicitou o alargamento daquela estrada, onde passa muito trânsito e apoia a localidade de Paderne, para quem vai apanhar a via do infante, bem como quem vai a Loulé. Outra situação na freguesia de Paderne é a ponte dos barreiros, uma ponte muito degradada, um perigo para a pessoa que passa ali, não tem bermas, não tem proteções laterais, aquilo está mesmo eminente até de cair. Temos de ter muita atenção a estas obras. Outra situação é a entrada de Ferreiras. Ferreiras é uma freguesia que tem crescimento, é uma freguesia que tem população jovem, por isso é uma razão que a bancada do Partido Socialista defende, temos que criar condições de entrada para aquela freguesia, para além disso, aquela estrada de entrada em Ferreiras dá apoio à população de Ferreiras e à população de Paderne. Sabemos que muita população de Paderne trabalha aqui, em Albufeira e passa por ali diariamente e a entrada de Ferreiras tem mesmo urgência e sei que foi apontado pela Junta de freguesia a solicitar essa obra. Outra obra que está em esquecimento ou não sei, mas nós, mas para nós, bancada do Partido Socialista não está em esquecimento, o passadiço da Guia - Shopping. É um constante perigo para quem passa por ali, para quem tem acesso àquele passadiço, é mesmo necessária a construção, não é para ser hoje ou amanhã, era para ontem, já há muito tempo atrás. Porque já houve "n" acidentes ali, há famílias a passar ali diariamente e nem sequer um passeio digno tem. O pouco que tem e fez muito bem foi a Junta de Freguesia que cortou os arbustos para tentar alargar um pouco o passeio, que aquilo não se pode considerar um passeio. Isto também é uma situação que era para ser para ontem. O que queríamos reforçar, é que mobilidade e infraestruturas andam de



mão dada e são duas situações que propõem e dão qualidade de vida aos nossos munícipes, por isso tenho dito pela bancada do Partido Socialista.” -----

Carla Madeira: “Boa noite, a bancada do Partido Socialista referiu alguns pontos quando foi a aprovação das GOP, que achávamos que estavam descabidos e venho reforçar algumas coisas nesta revisão que acho que é importantíssimo, na minha opinião e especialmente para duas das nossas freguesias do concelho, uma que foi a que mais cresceu, a outra que foi a que menos cresceu. Isto tem a ver com a educação e com a escola dos nossos meninos, dos mais pequeninos. Paderne não tem crescido muito, infelizmente, temos feito grandes esforços para trazer população para Paderne, o executivo acaba agora de colocar lá quarenta fogos à disposição de novas famílias para ocupar e trazer mais vida à aldeia, mas depois temos um problema com a escola. No jardim-de-infância temos lá quatro salas, em que há uma creche que basicamente é no Centro Paroquial, existem muitos meninos que são meninos condicionais que saem aos dois anos e meio ou perto dos três, mas depois não tem entrada no jardim-de-infância. Quatro salas de jardim-de-infância não são propriamente muitas para um município que quer ver crescer aquela freguesia. Propunha que houvesse uma revisão ou que se pensasse nisso, não a médio prazo, mas a curto prazo, porque é urgente darmos condições às pessoas para se fixarem na freguesia. Esta unidade tem quatro salas e facilmente se faria uma outra, para já um ponto de partida para já colmatar a deficiência que existe lá. A outra tem a ver com a escola nas Ferreiras, a creche, temos meninos da creche a crescer dentro de contentores. É inadmissível. Os meninos têm de ter salas dignas para terem aulas, para serem acompanhados convenientemente. Portanto, eu pedia ao executivo para ver, isto são obras que têm de ser feitas, mais tarde ou mais cedo. Ferreiras é uma freguesia que cresceu imenso e precisa destas infraestruturas. Mais uma vez, volto a dizer, para construirmos uma casa tem de ser pela base, não é pelo telhado. Temos de dar condições aos pais para terem onde deixar os filhos e povoar esta freguesia. Eu pedia que o executivo tivesse mais atenção a estes aspetos da educação, que é fundamental e especialmente estes meninos pequeninos que não podem passar o dia inteiro em contentores sem condições.” -----

Presidente da Assembleia: “Estamos no limite da hora, e tenho submeter à Assembleia a alternativa, ou continuamos até finalizar os pontos ou marcamos uma Assembleia para as próximas quarenta e oito horas.”-----

Foi aprovado por maioria a continuação dos trabalhos. -----



Carlos Quintino: "Seria uma incongruência e uma contradição por parte da bancada do PSD/CDS votar a continuidade da Assembleia nesta sessão, quando tentamos em sede de regimento balizar os tempos. Essa é a nossa declaração de voto."-----

Inês Mendonça: "Da análise que a bancada do Partido Socialista fez à revisão do orçamento que está neste ponto para apreciação e deliberação, constatamos entre outros pontos, mas no este me compete falar, que esta revisão à semelhança daquilo que se havia passado com o orçamento, não demonstra uma preocupação no sentido de adquirir terrenos que possam vir a ser protocolados de forma a originarem habitação a custos controlados para os Albufeirenses, potenciando assim soluções de futuro que não existem hoje. De facto, a ausência de habitação a custos controlados é um problema grave, que já persiste há algum tempo e leva também algum tempo para ser solucionado, é preciso adquirir terrenos, construir as habitações para depois as disponibilizar para os municípios. Assim sendo, apelamos a este executivo que inicie uma política de desenvolvimento nesta área, que permita abrir perspectivas de futuro, de forma a que sejam encontradas e priorizadas soluções, tendo em conta esta necessidade sentida por muitos albufeirenses há já bastante tempo. "-----

Helena Simões: "Acho que é inegável que todos queremos fazer mais e melhor, mas quando o Presidente teve o cuidado de dizer que fruto da situação Covid, entre perca de receita e gastos adicionais, já ascende neste momento aos vinte e quatro milhões. Acabar o exercício transato com trinta e seis milhões em caixa é de louvar e é digno que se louve. Agora, fazer mais e melhor todos nós gostaríamos. A mim, recordo que por exemplo, este ponto em questão está diretamente e intrinsecamente relacionado com o ponto nove. O ponto nove que espelha uma poupança de aproximadamente dois milhões. Que se este ponto em questão não for aprovado, logo essa verba não pode ser transitada para outra rubrica. Se não me falha a memória, o ponto dez, ou onze, dos compromissos plurianuais também está intrinsecamente relacionado, logo, aquilo que eu depreendo e não sou de contas, sou de letras, como toda a gente sabe, é que a aprovação do documento em questão visa aprovar o saldo transitado, trinta e seis milhões e visa também alocar algumas poupanças a outras rubricas, nomeadamente do ponto nove, os ditos um milhão cento e qualquer coisa acrescido dos novecentos mil euros, da mesma maneira que visa garantir o ponto onze ou doze nas questões plurianuais. Mas digo e repito, eu não sou de contas, sou de letras, mas parece-me que são mero instrumento para viabilizar algumas poupanças e também para que, de alguma forma os trinta e seis



milhões que existem, neste momento de saldo transitado possam ver a luz do dia neste orçamento."-----

Luna Silva: "A primeira revisão destina-se à inscrição, reforço, definição de verbas de rubricas de despesa que constam em projetos das Grandes Opções do Plano e que se encontravam insuficientemente dotadas e que se previa vir a dotar com o saldo de gerência anterior. Relativamente ao ponto sete o Chega tem algumas dúvidas e estas são algumas, primeiro, relativamente às receitas com o código número zero cinquenta e um zero noventa e nove que apresenta uma previsão atual de dois milhões oitenta e quatro mil e novecentos e noventa e três euros e intitula-se como outros. O que são os outros? Qual é a origem desta receita? Segundo, nas despesas o código número zero dez cento e vinte e um apresenta uma dotação atual de quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e trinta e nove euros e mais uma vez a sua designação refere-se a outros bens. A que outros bens se refere esta rubrica? Terceiro, de novo nas despesas, o código número zero vinte duzentos e vinte e cinco apresenta uma dotação atual de quatro milhões setecentos e setenta e três e quinhentos e oitenta e quatro euros mais uma vez com a designação de outros serviços. O que são os outros serviços?" -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite, gostava de felicitar mais uma vez o deputado que foi eleito, não se esquecer de obras fundamentais que fazem falta para Albufeira e para as Ferreiras, lembrar que temos uma obra parada já há longo tempo que é a saída da A22, portanto, fazer força lá no governo para ver se conseguimos aquela variante antes que o ferro que lá está se estrague, para ver se aproveitávamos alguma coisa. Depois, fazer lembrar que tenho uma freguesia onde os IMI's estão a vir para Albufeira e nada tem sido feito, esperamos que consiga transmitir este nosso sentimento, para que o governo tente fazer alguma coisa, mais que não seja, com o chefe de finanças aqui de Albufeira, para que isso seja tratado e faço o pedido ao município, a esta Assembleia toda, estamos a falar de vinte e três anos de freguesia e os IMI's continuam há vinte e três anos a vir para Albufeira. Como tem sido tantas obras feitas desde que eu estou lá, eu e nos outros anos anteriores, esse dinheiro já está mais que pago, penso seu. Pedi a palavra para dizer que o meu voto é contra e quero fazer declaração de voto e vou ler aqui, para vocês saberem, vou votar contra com algumas sugestões que vou fazer para a minha freguesia, que acho que tem sido esquecida ao longo destes anos. Depois, há outra coisa que gostava de retificar, estava a falar com a Carla e houve um mal-entendido. O que está em contentores não são os



miúdos pequeninos? São miúdos pequeninos sim senhora, estão em contentores mas eu estava a explicar-lhe que falta também creches lá. Foi a freguesia que cresceu mais, são dados estatísticos, tivemos os sensos há pouco tempo, é fácil de ver isso, é fácil de ver no número de eleitores da freguesia, não consigo perceber porque que é a freguesia que tem menos investimento, sempre menos investimento e realço isso sempre nos orçamentos da Câmara e temos vários deputados de lá, também, portanto temos de lutar pelos nossos interesses, somos eleitos é para defender a nossa população. Somos eleitos por vários partidos, portanto é essas coisas que pedimos, estamos a falar de creches, escolas, tudo.” -----

Domingos Coelho: "Um dos pontos centrais da discussão deste ponto é o saldo que transita, os trinta e seis milhões, gostava de saber, destes trinta e seis milhões que valor já está cativo para obras, ou se eventualmente existe. Outra questão que me parece não muito de boa orçamentação, relativamente à água. A água parece que é sempre um, digamos, o elemento talvez por não ter forma, é muito usado para determinados preenchimentos orçamentais. Por exemplo, a dotação atual da água, em termos de despesa do orçamento que está é um vírgula três milhões e agora vai receber um reforço de quatro vírgula um milhões. Isto desvirtua, penso eu, o orçamento anterior, face a esta dotação, passar de um vírgula três para quatro vírgula um ou mais. Depois, já aqui foi falado, a questão das rubricas mal definidas, os outros, se somarmos todos as rubricas intituladas de outros dá um somatório de treze milhões de euros. Penso que de futuro, estas designações de outros, esta rubrica, deveria de ser muito mais especificada. A questão é, o que é que está ali? Um outro ponto tem a ver com o investimento na cultura, registo que finalmente parece que vai avançar a requalificação do espaço que foi a antiga Matriz, que desabou no terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco, é de louvar, mas Albufeira tem que apostar verbas importantes nesta área e gostava de chamar a atenção para o Museu do Barrocal que é uma promessa de vinte anos do PSD para Paderne, penso que é uma obra estruturante para Paderne, é importantíssimo que avance, eu modestamente dei uma sugestão que o Museu poderia ser instalado na Casa Menezes e parece quanto sei, que a família está disponível para negociar. Aqui, o que estranho é que se vai investir quinhentos mil euros no posto de turismo e não haja investimento no Museu do Barrocal, ou pelo menos que se desenvolvesse esse projeto. Primeiro tem que se investir na estrutura para que depois surjam os turistas, ou seja, vamos fazer primeiro o posto de turismo, numa altura em



que quase não há turismo. Aqui, diríamos um chamar de atenção para de vez que se invista no Museu do Barrocal." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, o orçamento e as GOP, como todos sabemos não são estáticos portanto, daí existirem as revisões, precisamente para que o executivo possa de certa forma, se ir adaptando áquilo que são as diferentes realidades que vão surgindo e também, aquilo que noto desta proposta para alteração noto que, tem a ver com a transferência de competências na educação, nomeadamente para manutenções e conservações das escolas. Noto que, tem a ver com o âmbito social, também para manutenção e conservações de equipamentos sociais, aquisição de serviços, outras instalações. Está também alocado o ordenamento do território e na área do saneamento a rede de esgotos e águas pluviais com ampliações e reparações e as estações elevatórias e grandes reparações de equipamento eletromecânico, isto é aquela parte que ninguém vê, mas que tem que estar cem por cento funcional. Entre outros aspetos gostava de destacar estes, realçar que se efetivamente, muitas das pretensões que aqui foram alocadas por parte dos meus colegas deputados municipais de outras bancadas possam vir a ter efeito, é importante ter em consideração a aprovação destas alterações que é a forma de permitir ao executivo efetivamente executar essas pretensões, essas ambições. Não me parece a mim, que o voto contra seja um voto responsável, sobretudo naquilo que é a grande responsabilidade que se avizinha para a gestão deste município no futuro, portanto deixava a indicação para que refletissem, verificassem realmente rubrica a rubrica onde é pedido a esta Assembleia que seja aprovada esta proposta, no sentido de chegarmos aqui a um entendimento para que possamos permitir que este executivo, dentro das suas possibilidades maiores e não menores, possa continuar a fazer o bem pela nossa terra."-----

Carlos Vieira: "O grupo do MIPA compreendendo o que o deputado Carlos Quintino acabou de dizer e concordando em certa parte com aquilo que foi aqui exposto e a necessidade que existe desta alteração, também não podemos discordar que de facto as rubricas não estão muito claras e gostaríamos de um esclarecimento melhor em relação ao volume de verba que existe para outros e que muitas vezes não se entende e não fica claro. A nossa posição é uma posição que até gostaríamos de votar a favor, mas também não vamos votar contra e vamos nos abster por causa disso, gostaríamos de maior clarificação porque as necessidades que de facto existem no concelho são



bastantes e era importante percebermos onde estão essas verbas e para quê que são aplicadas." -----

Inês Mendonça: "Só para complementar relativamente às rubricas identificadas com os números zero dois zero dois dois zero, zero dois zero dois dois cinco e zero dois zero três zero cinco, várias que não dá para dizer todas, que representam como aqui foi dito treze milhões de euros e que correspondem a rubricas não definidas intituladas por outros serviços, outros serviços especializados, gostaríamos de questionar este executivo, qual o destino que será dado a estes treze milhões de euros, uma vez que, entendemos que estes treze milhões de euros viabilizavam investimentos em áreas estratégicas para o concelho, davam para fazer várias obras que foram propostas e apresentadas pela bancada do Partido Socialista e ainda sobriaria dinheiro, certamente."

Presidente da Câmara: "Obrigado a todos os deputados que contribuíram para esta discussão, relativamente à Sílvia Dias, fala na mobilidade, obviamente que é um dos temas importantíssimos para o concelho e não só para este concelho, mas para todos os outros. Com tanta necessidade que há e já tenho dito várias vezes, toda a rede viária chegou ao fim de vida e convido todos aqueles que estão aqui pela primeira vez a ver nos últimos quatro anos o que foi feito de investimento em todos os caminhos e ruas e estradas deste concelho. Obviamente que, a par destas que mencionou, principalmente a ponte que está rubrica aberta, não está é com substância de verba, mas a qualquer momento pode haver essa possibilidade, a estrada de Ferreiras que falou deve ser a estrada do Paraíso, já foi a concurso uma vez, ficou deserto e terá que se abrir novo concurso, quando houver essa possibilidade. Relativamente à questão do Guia Shopping, já falei com o Presidente de Junta de Freguesia da Guia, já era para ter sido avançado esse passadiço, embora aquela estrada não é da responsabilidade do município. Aquela estrada é da responsabilidade da IP e caberia à IP fazer esse tipo de melhorias naquilo que é a movimentação das pessoas. A Carla Madeira falou sobre a escola Jardim de Infância que fazia falta uma sala em Paderne, vou ver essa situação. Relativamente à creche de Ferreiras, é gerida pelo Centro Paroquial de Ferreiras, é ver o que é possível fazer. A estrada de Vale Loulé não é estreita, se for a ligação que está entre a E270, que vai para Boliqueime, depois corta à esquerda para ir para a freguesia de Boliqueime, essa estrada é uma estrada mista entre o concelho de Albufeira e o concelho de Loulé. Se formos alargar a estrada e se Loulé não alargar ficará coxo, digamos assim. A Inês Mendonça falou na questão da aquisição de terrenos para habitação, estão rubricas



abertas sobre a aquisição de terrenos, logo que haja possibilidade de haver cabimentação, com certeza, temos alguns terrenos referenciados, não só nas Ferreiras mas também na Guia. O Domingos falou no Museu do Barrocal é uma questão que vem com litígios já há algum tempo, no entanto em termos de financiamento, havendo financiamento agora com Portugal 2030, quando entrar em vigor é natural que haja algumas verbas para a cultura e isso poderá estar em cima da mesa. Relativamente à questão das rubricas que tem outros e outros serviços especializados, não são rubricas fantasma, são rubricas que estão inseridas no próprio sistema nacional de contabilidade das autarquias locais, evidentemente que a especificação de cada um deles é quando não caberá noutro lado. De qualquer das maneiras está aqui o vereador Ricardo que poderá dar alguma explicitação sobre isso e também está aqui a diretora financeira, Dra. Carla Farinha."-----

Vereador Ricardo Clemente: "Estão nas GOP e os documentos acho que foram facultados a todos e são rubricas que estão definidas nas grandes opções do plano. Esta revisão pretende somente incluir o saldo orçamental e face a isso fazer obra social, não foi fácil, queríamos naturalmente chegar a todo o lado, queríamos chegar às obras que todos achamos e aqui já foram mencionadas algumas importantes, mas não é possível, o dinheiro não estica. Faço lembrar que no início houve a possibilidade de crescer uma taxa de IMI zero trinta e oito por forma a termos mais receita e assim existir uma folga orçamental a fim de chegarmos a essas obras que aqui foram referenciadas e outras mais, mas isso não foi possível, é preciso contar com aquilo que está em cima da mesa. De facto, o município com a receita de taxas mínimas como tem tido nestes últimos anos e à isenção de taxas que têm sido aplicadas naturalmente tem tido uma perda de receita considerável e este saldo orçamental é fundamental para fazer face aquilo que se pretende. Dou também conta que algumas das despesas que aqui estão, por isso é fundamental este documento dar continuidade, ou seja, passar nesta Assembleia, estão incluídas algumas despesas correntes que foram sub-orçamentadas no orçamento de forma a incluir mais projetos que achamos por bem incluir, daí houve um esforço grande e quando digo que houve aqui uma forma inteligente de conseguir construir o orçamento houve, porque se pretendeu incluir o máximo de investimento possível acudindo o social. O social que está aqui incluído são muitos milhões que a ação social tem aqui previsto, a educação é uma área onde há um grande investimento municipal, também noto aqui que são cerca de mais de seis milhões de euros de investimento contra três milhões de



receita do Estado Central, só para terem noção. Por isso é de facto fundamental este documento ser passado nesta Assembleia, porque é a vida do município que está em causa." -----

Presidente da Câmara: "Quero referir que é uma revisão que pretende fazer a aplicação do saldo transição anual, os tais trinta e seis milhões de euros, onde passaram em termos de orçamento de rubricas em que aparecia não definido para definido, daí que há novos projetos que estão agora definidos com a revisão e que poderão avançar, poderão até ser candidatados alguns deles ao PRR ou Portugal 2020, uma vez que o Portugal 2030 ainda não está em vigor, mas é essencialmente para isso."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Boa noite, quero falar da estrada de Vale Loulé, o senhor Presidente disse que a estrada é larga, a estrada é super estreita, não se consegue cruzar dois carros, está degradada, tem muitos buracos, a Junta de freguesia tem-se empenhado, levamos uma semana a tapar aqueles buracos, quanto a mim é uma obra urgente, as pessoas danificam as jantes, pneus, muitos casos tem acontecido lá. Gostaria que o senhor Presidente tomasse algumas providências nesse sentido, é estreito, custa a caber dois carros, a prova é que tem havido lá esses acidentes."-----

Carlos Mendes: "Senhor Presidente, a estrada de Vale Loulé eu passo lá praticamente todos os dias, passo com um camião com frutos secos, quando se cruza lá um carro e um camião alguém tem de parar para o outro passar. E quando se cruzam dois carros, um tem de ir para baixo da berma. Está ali o João Ruaça, que há uns quinze dias parei ao pé dele e falei nessa situação, da estrada de Vale Loulé. Ele diz que já lá foi por algum tuvenam, acho muito bem, mas que a estrada é estreita é. Que o senhor Presidente diga que metade da estrada, uma parte é de Loulé outra parte é de Albufeira e que nem um nem outro querem fazer alguma coisa isso aí é outra coisa, agora que aquilo não tem condições não tem."-----

Carla Vieira: "O meu pedido de intervenção é para solicitar alguns esclarecimentos, não sei se é defeito de perceção ou de interpretação ou de audição mesmo da minha parte, mas parece-me que o senhor Vereador deve-se ter enganado nas explicações que deu à Assembleia sobre a questão do orçamento e das GOP. Voltando à assembleia de dezembro, penso que foi aprovado o documento das GOP e do orçamento plurianual já sem a rubrica destinada ao suposto aumento do IMI e já contemplando também os investimentos que eram absolutamente necessários e básicos para o município. Portanto,



não estou a perceber aqui a questão de um reajustamento, um mês e meio após a aprovação dos documentos. Eu gostaria que fosse esclarecido, ou então é defeito meu, mas gostaria de ser esclarecida, efetivamente." -----

Leonardo Paço: "Só quero reforçar o que a colega disse, aliás, pareceu-me até que o senhor vereador ficou um pouco triste por o IMI e a derrama não ter sido aprovado, o que é muito mau para a população de albufeira, fiquei espantado."-----

Presidente da Câmara: "Queria dizer ao nosso amigo Presidente de Junta de Freguesia de Paderne, senhor João Ruaça e ao senhor deputado Carlos Mendes, que eu não disse nada daquilo que vocês afirmaram, eu não disse que a estrada era larga, a estrada é estreita. A que disse que é larga é aquela que vai para Boliqueime. Portanto, não venham dizer coisas que eu não disse e eu garanto que não disse isso, é uma questão de ir ver a gravação. Aquele caminho, uma vez que passa lá imenso trânsito, tem o problema das bermas que estão desnivelados, já disse ao Presidente da Junta que é uma responsabilidade das Juntas de Freguesia, através do contrato inter-administrativo e já agora por falar em juntas de freguesia, no país há de haver poucas juntas de freguesia que recebem, em termos proporcionais, tanto dinheiro como as juntas de freguesia do concelho de Albufeira. É uma verdade, têm tido verbas capazes de fazer algumas coisas, portanto, esse dinheiro sai da Câmara e o ano passado até receberam equipamentos novos em folha para poder realizar este tipo de obras. Depois, relativamente àquilo que se passou, da questão do IMI, isso já passou, não houve aumento, houve uma revisão da ideia de aumentar, já está ultrapassado, vamos para a frente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SEIS:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

Abstencões: seis (06) Raul Ferreira, Carlos Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

**VOTAÇÃO PONTO SETE:**-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

Abstenções: seis (06) Raul Ferreira, Carlos Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras apresentou e leu declaração de voto.

(Doc. n.º 4 anexo a esta ata)-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, este voto contra a esta proposta de alteração por parte do executivo embora absolutamente legítimo, representa um travão ao desenvolvimento do concelho. Eu entendo que a ação política desta casa requer alguma ponderação no sentido de se arranjar alguns consensos para que esse travão não venha a prejudicar os munícipes de Albufeira, o concelho no seu todo e também as suas freguesias que recebem na delegação de competências as devidas verbas e que têm também as competências absolutamente definidas e que têm também em sede própria e na altura própria a possibilidade de chegar ao executivo no sentido de fazer valer as suas reivindicações. Aquilo que realço é efetivamente uma situação que se gere e que pode não ser nada benéfico para o concelho de Albufeira e para os albufeirenses. E apelava a quem votou contra que pusesse a mão na consciência e que pensasse nisso. Porque aqui aquilo que se pede não é nada de transcendente, ou que se pedia, não é nada que não tenha sido feito em outros mandatos, em outras sedes, em outras Câmaras Municipais. Aquilo que se pede é uma situação simples, de alocar uma determinada verba a umas determinadas ações para que elas possam vir a ser executadas e os interesses político partidários não se podem sobrepor àquilo que é o interesse comum do concelho. Era nesse sentido que deixava esta reflexão à digníssima Assembleia." -----

Carla Vieira: "Efetivamente acho que estamos todos aqui para dar o nosso contributo e há que respeitar a opinião e a posição de cada um de nós, porque ninguém quer, naturalmente o mal nem o pior para o concelho de Albufeira, todos nós vivemos aqui, todos nós temos aqui as nossas famílias, exercemos as nossas profissões aqui e estamos todos aqui para o bem comum. Relativamente à declaração de voto do Albufeira Prometida, nas pessoas da Mónica Félix e de mim, Carla Vieira, não constitui surpresa o nosso voto contra, porque efetivamente tudo aquilo que se está aqui a passar hoje, nós em vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um votamos contra o orçamento e



contra as GOP. Ninguém nos ligou, efetivamente e até parece que passou ao lado, todos os nossos anseios e preocupações não foram atendidos nem foram perceptíveis nem entendidos como realmente os documentos que nos eram apresentados à data, não eram os melhores nem os mais adequados para levar a cabo aquilo que o nosso município necessita. Por isso, esta primeira revisão que assenta nas GOP e ao orçamento plurianual, só vem demonstrar que a nossa posição conscientemente assumida na Assembleia de vinte e nove de dezembro, em votar contra os devidos documentos expõe efetivamente as fragilidades da saúde financeira do município em contraponto com os ambiciosos investimentos que eram prometidos e que afinal não passam de uma ilusão e que não são concretizáveis, como já tínhamos chamado a atenção, por essa razão, em consciência votamos contra."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Em primeiro lugar, justificar o porquê de eu não ter seguido o sentido de voto da bancada do Partido Socialista, porque ao analisar o documento senti que da parte do executivo existia uma pequena intenção de fazer obra na Guia, mas depois ao rever melhor a situação, podemos concluir que, por exemplo, a nível da creche na Guia, temos miúdos que há dois anos estão em contentores numa creche, mas se esse concurso ficou deserto em setembro e agora é sabido por toda a gente que os materiais da construção e todos eles têm subido substancialmente então de setembro até agora, vamos neste caso colocar a mesma verba disponível para esse concurso. Se ficou deserto em setembro quase de certeza que também vai ficar deserto agora no próximo concurso. Depois, outra situação, que nos preocupa há imenso tempo na Guia, é o alargamento do campo sintético, que felizmente temos uma equipa de futebol feminino que está a fazer uma grande campanha este ano e estão todos convidados a ir assistir ao jogo dos quartos-final da taça de Portugal, pela primeira vez a Guia conseguiu esse feito, que infelizmente esse jogo vai se realizar nas Ferreiras e não na Guia. Temos, neste caso uma verba para o campo dos Elois que já disse aqui, em Assembleias anteriores que a meu ver é a única freguesia que não em dois campos, só tem um campo relvado, mas temos uma quantia colocada naquela rubrica muito inferior em relação ao campo dos Elois e nós todos sabemos que as obras na Guia são umas obras de maior relevância tendo em conta, neste caso, a situação daquelas arribas, na zona envolvente. A meu ver acho que, aquela quantia que iria estar disponibilizada àquela obra também não é a quantia suficiente e nós sabemos que existem vários e vários concursos que estão a ficar desertos, acho que temos de ter em atenção isso e fazer melhor o estudo e colocar mais alguma verba disponível para isso."-----

Domingos Coelho: "Antes de ler a nossa declaração de voto, uma consideração geral. O Partido Socialista não aceita lições de responsabilidade porque tivemos exatamente responsabilidade de contribuir para a aprovação do orçamento. O que se trata aqui não é a autarquia a ir viver de duodécimos, a autarquia tem orçamento aprovado há dois



meses e foi o roçamento que o executivo apresentou e foi o que ele foi aqui aprovado e nós contribuímos para essa aprovação. Como ressalva, na altura alertamos para o facto de não ter havido um diálogo porque tínhamos feito propostas e nenhuma dessas propostas foram consideradas, na altura alertamos que o comportamento do executivo, neste sentido iria eventualmente condicionar a nossa posição futuramente. Em relação à responsabilidade, pelo menos o PS aprovou o orçamento, uma coisa que o PS nacional não viu igual atitude por parte do PSD. Esta transição de saldo costumava-se fazer normalmente em Abril, portanto, a Câmara está à espera, digamos de uma mudança orçamental substancial, quando não há dois meses aprovou um orçamento.”-----

Declaração de voto do PS (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Raul Ferreira: “Não vou fazer propriamente uma declaração de voto, essencialmente gostava de explicar que o MIPA absteve-se para ser coerente com a primeira votação relativamente ao orçamento que foi aprovado. Antes de mais, penso que o executivo deve retirar do resultado desta votação algumas elações. Efetivamente o executivo foi eleito, está a exercer as suas funções, mas tem de ter a noção que não pode exercer essas funções sozinho, necessita falar, necessita dialogar, necessita ouvir a outras forças políticas que têm acento nesta Assembleia. A posição do MIPA será sempre de desenvolver Albufeira, não está nesta vida política para fazer oposição contra só por fazer, está aqui com o aspeto construtivo e positivo. Eu penso que o executivo no futuro terá que ouvir mais, dialogar e talvez assim consiga levar água a bom porto e consigamos fazer de Albufeira um lugar melhor para viver.” -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação sob proposta da CMA da Minuta do primeiro aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na AMAL - Comunidade intermunicipal do Algarve, no âmbito dos transportes municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Dois pedidos de informação, em relação ao GIRO, há uns seis, sete anos houve um abaixo-assinado das pessoas do Cerro da Águia, no sentido de que a rota do GIRO que vai da Marina, passa pelo Pátio e Vale de Santa Maria e depois regressa exatamente no mesmo sentido. A proposta era que o GIRO no regresso não passasse outra vez pelo Pátio, mas que passasse pelo Cerro da Águia direito a Vale Parra. Depois, aquando da discussão pública do Plano de Mobilidade, eu participei, voltei a referir esta situação e a propor. A pergunta que faço é se nas alterações que vão acontecer ao GIRO, se está previsto passar pelo Cerro da Águia esta rota que passa pelo Pátio e depois volta



à Marina? Outra questão é o facto de o GIRO ainda não chegar a Paderne. É um dos problemas que Paderne tem, é exatamente o transporte, com os quarenta fogos, cerca de cento e vinte a cento e cinquenta pessoas a circular, o problema da ausência de transporte para Paderne ainda se agravar-se-á." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao GIRO e aquilo que está aqui em discussão é a adenda ao contrato com a AMAL. A AMAL é a entidade que as Câmaras delegaram competências para gerir os transportes interurbanos e como há estas franjes do GIRO que vai ser aumentado, mas ainda não está em vigor, nem ode estar porque o contrato ainda não foi visado, porque houve estes atrasos, com a não existência de concorrentes na primeira edição do concurso e não foi atempadamente enquanto esse transporte que vemos agora aí o VAMUS é o transporte intermunicipal que é da responsabilidade da AMAL e vai continuar a ser até que o GIRO possa vir a fazer esse percurso. É por isso que esta adenda é uma adenda temporária, depois de visado o contrato esta adenda cai. Relativamente ao percurso do Cerro da Águia, só vendo, agora não me recordo se no novo percurso do GIRO se passa por aí, só vendo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente á estimativa de repartição de encargos afetos ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Se repararem na proposta, o ponto nove, dez, onze e doze salvo melhor opinião em contrário estava dependente da aprovação da primeira alteração do orçamento, estão intrinsecamente ligados, como eu tinha dito na minha intervenção, os quase dois milhões, se não mais que se poupou no ponto nove e que está lá espelhado não vão poder ser realocados, realojados ou ter cabimento noutra rubrica porque não aprovamos a alteração do orçamento." -----

Presidente da Assembleia: "Devo confessar que só no ponto onze verifiquei que realmente havia essa referência, mas é natural que todos os outros estejam ligados. O ponto onze de facto diz que, tendo em conta a informação proveniente dos serviços financeiros relativamente aos procedimentos em causa a eficácia destes atos deverá ficar condicionada à aprovação por parte da excelentíssima Assembleia Municipal da primeira revisão à alteração modificativa das GOP, alteração modificativa do orçamento e Plano Orçamental Plurianual. Portanto, de facto detetei isto no décimo primeiro, mas reconheço que eventualmente estas alterações estejam ligadas relativamente à questão da aprovação ou não desta primeira revisão."-----

Helena Simões: "Ponto nove, página dois, a eficácia deste ato fica condicionada à aprovação por parte da Assembleia Municipal da primeira revisão, vou poupar a leitura do resto. Ponto dez, a eficácia deste ato fica condicionada a sua inclusão e consequente aprovação da alteração modificativa do orçamento e do Plano Orçamental Plurianual, isto na página quatro do ponto dez. Ponto onze, tendo em conta a informação dos serviços financeiros e este acho que o Presidente já explanou, ou seja, pelos vistos o ponto doze também, esse não tive oportunidade de detetar, mas todos eles referem a dependência da alteração do orçamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente á estimativa de repartição de encargos em procedimentos plurianuais; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais pelo valor base de 630 000,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da CMA, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso público para aquisição de GPL a granel ou canalizado, propano e butano em garrafa, pelo valor base de 272.644,60€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da CMA, da autorização prevista na alínea q) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de desvio de caminho público - Malhão; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Em relação a este ponto e á semelhança do que tem vindo a ser feito nesta casa em relação a assuntos semelhantes, a bancada do PSD/CDS gostaria de propor a deslocação ao local, dos líderes de bancada, para melhor apreciação do exposto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta apresentada pela bancada do PSD/CDS.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Raul Ferreira.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida



Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----
 Presidente da Assembleia: "Iria propor, que as bancadas indicassem no prazo máximo de quarenta e oito horas os nomes para esta comissão." -----

PONTO CATORZE

Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Dado o volume destes pagamentos em atraso, talvez houvesse interesse em saber quais são os grandes devedores, particularmente devedores de consumo de água."-----

Presidente da Câmara: "Não são pagamentos em atraso, são recebimentos em atraso. Pagamentos em atraso, a Câmara não tem recebimentos tem esses seis milhões e tal de euros, essencialmente consumo de água, que são conhecidos internamente. Alguns deles já vêm atrasados e depois eventualmente têm planos de pagamento, há outros que serão novos." -----

Leonardo Paço: "Quero lembrar que isto é uma história antiga, pois ainda no tempo da vereadora Ana Vidigal se falava deste volumes, aliás até eram inferiores, portanto tem havido aumentar. Se calhar era premente fazer-se alguma coisa nesse sentido."-----

Foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da prorrogação do prazo para transferência de competências no domínio da ação social até 1 de janeiro de 2023;

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Câmara: "Surgiu esta proposta por parte da ação social, enquanto a educação andava a par com a ação social, que era para ser transferida as competências a partir de dia um de Abril, entretanto o governo ouvindo a Associação Nacional de

Municípios e as preocupações de alguns municípios por não reunirem ainda as condições consideradas válidas para que essa competência seja transferida, entendeu prolongar o prazo até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. Portanto, podendo acontecer antes, iremos fazer esforços para que possa ser a partir de dia um de setembro ou de outubro, não sei se é possível, mas se for, com certeza que mais depressa possível vai acontecer.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Fevereiro de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

Doc. n.º 1

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

De: ricardoneves2810 <ricardoneves2810@gmail.com>
Enviado: 15 de fevereiro de 2022 16:36
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Pwrguntas para serem realizadas na proxima Assembleia Municipal do dia 17.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Venho por este meio e em virtude de a data da mesma me encontrar ausente solicitar que questione o Sr. Presidente da Autarquia, o porque e passado 2 meses nao haver resposta ao email enviado a 9 meses para colocação da sinalética da Associação Albufeira no Coração conforme outras associações tem de frente as suas sedes, nao vim e nao virei aqui pedir um centimo e nem uma sede para fazer solidariedade mas sim respeito e direito comuns a todas associações.

Solicitar saber tb porque passado 17 dias de ter acabado o Protocolo entre as Associações e os taxi de Albufeira que prestou auxílio a mais de 700 serviços, esse mesmo protocolo nao foi renovado antes de ter acabado ficando alguns casos graves sem alimentação por falta de meios de transportes dessas instituicoes, que esse protocolo muito ajudava tanto as Associações com tb aos taxis do Concelho e as pessoas Se nao tiver conhecimento chame as suas colaboradoras/funcionarias D.CARLA PONTE E D.RITA porque o processo esta na maos das mesmas ainda em analise a data deste email.

Por fim solicitar que nas futuras Assembleias Municipais e após a sua proposta e aprovação dos senhores Deputados Municipais um ponto em que o Executivo tera de dar respostas publicas a todas as questoes levantadas pelos municipes nesta casa que e de todos...ja que na maioria das vezes ficamos sem respostas concretas...ou temos de vir aqui mensal repetir as mesmas questoes...

O cidadão com passaporte Português

Ricardo Neves

Enviado do meu Galaxy



Luisa Isabel Fernandes Alambre

De: Associação Albufeira no Coração <associacaoalbufeiranocoracao@gmail.com>
Enviado: 16 de fevereiro de 2022 10:07
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Associação Solidária Albufeira no Coração

(Para ser lido na Assembleia Municipal)

Exmo Senhores

A Associação Solidária Albufeira no Coração vem uma vez mais questionar, o porque de desde Maio do ano passado não termos tido da parte do executivo, uma resposta à solicitação de um lugar de estacionamento.

Relembro, que na última Assembleia o Sr Presidente garantiu que teríamos uma resposta, logo que a sua quarentena terminasse.

Não sei qto tempo dura a sua quarentena mas garanto-lhe que a minha educação e paciência está no limite. Merecemos mais respeito pelo trabalho que temos feito e desenvolvido. Não pedimos nenhuns subsídios nem donativos à Câmara Municipal ...sabe porque, porque as Associações devem angariar os seus próprios fundos, se não o fazemos outras também o poderão fazer.

O Executivo está a prejudicar o nosso trabalho enquanto Associação, impedindo pela falta de estacionamento, que as doações cheguem até nós.

Assim venho uma vez mais na qualidade de Presidente da ASAC solicitar uma resposta ou pelo menos que nos digam quantos anos teremos de esperar por uma.

Presidente da ASAC

Dra Isabel Neves



Asssembleia Municipal

PROPOSTA

No cumprimento do Ponto 4 da Ordem do Dia: Designação de 3 elementos para integrar a Comissão alargada da CPE7 de ^{eleições} Albufeira, propõem-se seguintes ~~deputados~~ municipais:

PSD/CDS SÉRGIO BRITO _____

AP MÓNICA FÉLIX COIMBRA _____

MIPA RAÚL FERREIRA _____

Albufeira, 21 Fevereiro de 2022



Quero começar por realçar o esforço desenvolvido pelos serviços técnicos da CMA na preparação deste extenso e complexo documento, pelo que faço questão de deixar aqui uma mensagem de louvor e apreço a todos os trabalhadores e trabalhadoras que para ele contribuíram.

No anterior orçamento, quase todas as propostas que apresentei foram rejeitadas por alegada ‘falta de verba’, não obstante o superavit do orçamento.

Perante este triste panorama, a visão plasmada e apresentada nas GOP a esta Câmara continua a ser essencialmente de gestão corrente.

Seria de esperar que a aprovação de todos os decretos-lei da descentralização se traduzisse em algum impacto estratégico nas GOP da Câmara, nomeadamente nas áreas mais sensíveis, como a Saúde e a Educação, mas tal não se verifica. Não há uma abordagem estratégica aos desafios da descentralização nem uma capacitação adequada para lhes fazer frente de forma impulsionadora e geradora de desenvolvimento. O presente documento das GOP representa uma comprovação objectiva de como a Câmara está impreparada para o seu impacto.

O saldo de gestão de mais de 30 milhões de euros demonstra bem como a Câmara nem sequer tem capacidade de apresentar um orçamento que promova o investimento e a criação de emprego, urgentemente necessários, que a elevada cobrança de impostos, de taxas e de taxinhas, efectivamente permitiria fazer.

Estranha-se e verbera-se a contínua asfixia e desvalorização do trabalho dos autarcas das Freguesias e Uniões de Freguesias de Albufeira, com um apoio técnico que continua profundamente insuficiente e uma diminuta transferência de verbas camarárias, castradoras do bom desempenho da sua missão e completamente contrárias a um espírito descentralizador.

Lamentavelmente, as dotações orçamentais definidas para as Uniões e Juntas de Freguesia e previsão para 2022, no âmbito dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, são exactamente iguais às de 2019!

Para além da profunda injustiça da fórmula de repartição de verbas inter-freguesias.

Ainda assim, faço questão de apresentar formalmente algumas propostas que, entre muitas outras que poderia elencar, considero que deveriam ter enformado a elaboração das GOP e do Orçamento para 2022, pelo contributo positivo para a qualidade de vida das pessoas e como forte estímulo ao desenvolvimento do concelho e da Freguesia de Ferreiras e à criação de emprego. Infelizmente, estas propostas não estão consideradas ou não estão desenvolvidas de forma conveniente, com sérios prejuízos para o futuro da Freguesia e do concelho. Salientamos que já apresentamos algumas destas propostas há um ano, por escrito, aquando desta mesma discussão para 2021, e que as restantes as fomos apresentando nesta Câmara ao longo do último ano. Também aquelas que foram apresentadas pelo vereador do PS, ~~na reunião prévia em 17 de Junho, foram completamente ignoradas e desconsideradas, de acordo com os documentos presentes a esta reunião.~~

Com a mesma convicção de sempre, porque considero que algumas poderiam fazer uma notável diferença em Ferreiras, repito aqui as propostas apresentadas, agrupadas por temas:



DESENVOLVIMENTO E EMPREGO

- Transferência de 10% do orçamento da Câmara para as Juntas de Freguesia.
- Ampliação da zona industrial de Ferreiras.
- ~~Redução da percentagem das taxas urbanísticas e outras.~~
- Criar um do Gabinete de Apoio ao Investidor em Ferreiras.
- Elaborar um Plano Municipal de Turismo para Ferreiras
- Criar uma incubadora de empresas no centro comercial de Ferreiras, de forma a dar vida aquele espaço.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

- Construção de uma variante para retirar o trânsito vindo do sentido Algoz/tunes do centro de Ferreiras.
- Exigir ao Governo a construção do troço que está parado á anos (saída da A2 E A22 para Albufeira)
- Exigir a construção de uma Ponte em Fontainhas sobre a estrada nacional 125.
- Recuperação dos passeios da Freguesia, respeitando todas as normas de acessibilidade.
- Requalificação e alcatroamento das principais artérias da Freguesia.
- Requalificação da rotunda da AV. Malhada Velha.
- Aquisição de resguardos para passageiros.

URBANISMO E OBRAS

- Rápida e ambiciosa reabilitação do Mercado Municipal de Ferreiras.
- Plano de limpeza generalizada da Freguesia.
- Aquisição e recuperação do edifício do centro comercial de Ferreiras.
- Ampliação da rede de águas e esgotos na Freguesia.
- Ampliação da iluminação pública na freguesia
- Edifício sede da Junta.
- Pavilhão desportivo da Freguesia.
- Auditório com sala de exposições.



- Postos de atendimento da G.N.R. e Bombeiros na Freguesia.
- Biblioteca.
- Cemitério.
- Armazéns para a Junta.

CIDADANIA, JUVENTUDE, QUALIDADE DE VIDA E CULTURA

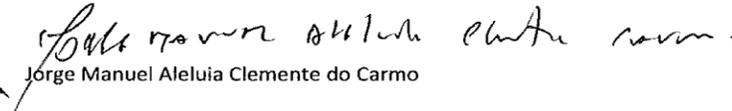
- criação de rede pedonal e ciclável ao longo da freguesia, “rota dos poços”.
- Criação do parque de merendas nas Fontainhas.
- Ajudar a reconstruir o Clube Juventude Desportiva das Fontainhas, cujo estado de degradação tem impedido muitas iniciativas da Associação.
- Reforçar e reorganizar a política de recolha de lixo e limpeza em toda a Freguesia, particularmente das áreas mais vulneráveis.

AMBIENTE E VIDA ANIMAL

- Elaboração do cadastro arbóreo e avaliação fitossanitária das árvores urbanas da Freguesia.
- De acordo com a política da Comissão Europeia para as cidades de média dimensão, suportada por evidência científica, propomos que se adoptem medidas de protecção dos espaços verdes e a criação de corredores verdes, que venham a diminuir a temperatura da cidade, reduzam as emissões de gases de efeito de estufa e estimulem a circulação em transportes públicos e/ou alternativos.
- Programa de identificação, catalogação estudo e esterilização sistemática dos animais abandonados.

Considerando os pressupostos acima resumidos e sem negar alguns aspectos positivos previstos nas GOP agora apresentadas a votação, Eu representante da Junta de Freguesia de Ferreiras não posso deixar de votar contra as GOP e o Orçamento da CMA para 2022, pois a sua filosofia, princípios e estratégia de gestão da Câmara, de desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores, de ambição para o futuro da cidade e do concelho e de melhoria da qualidade de vida das pessoas são substantivamente distintos, pois lesam o desenvolvimento da Freguesia de Ferreiras.

Junta de Freguesia de Ferreiras, 21 de Fevereiro de 2022


Jorge Manuel Aleluia Clemente do Carmo



Doc. n.º 5



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'SILVIO' and other illegible marks.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA

Considerando que:

- 1) A presente Revisão ao Orçamento não expressa uma visão estratégica de desenvolvimento do concelho, nem prevê um investimento que promova a melhoria significativa da qualidade de vida dos Albufeirenses em todas as freguesias, de modo uniforme;
- 2) Uma vez mais, não houve a preocupação de envolver e espelhar as propostas que o Partido Socialista atempadamente apresentou em reunião de câmara, tal como não houve aquando da preparação do Orçamento, que nos foi apresentado como um documento fechado, não expressando assim a vontade da maioria dos Albufeirenses nas últimas eleições autárquicas;
- 3) O Executivo comprometeu-se a incluir estas propostas aquando da revisão ao orçamento e na transição de saldo. Constata-se agora, de forma inequívoca, que quebrou essa promessa ao não acolher qualquer proposta feita pelo Partido Socialista;
- 4) As propostas não consideradas não envolviam verbas avultadas e centravam-se no apoio às populações mais jovens, nas alterações climáticas, nas estruturas de ensino e no apoio psicó-social;



- 5) Tais propostas seriam perfeitamente exequíveis houvesse vontade política. O financiamento destas medidas poderiam ser retiradas das rubricas 020220, 020225, 0206020305, 0207010413, 0207010602 e 0207011002, que representam perto de 13 milhões de euros, correspondendo a rubricas não definidas (outros serviços, outros serviços especializados), desconhecendo-se para o que servem e qual o seu destino.
- 6) Esta Revisão ao Orçamento continua a não expressar uma preocupação em tornar os recursos humanos e todas as estruturas mais eficientes, sabendo-se que isso permitiria reduzir custos e aumentar as receitas;

Por todos os considerandos anteriores e porque consideramos que o Executivo pode e deve fazer mais e melhor, saiba ouvir e dialogar com todas as forças políticas. Assim, a bancada do Partido Socialista **vota contra** os pontos 6) e 7) da Ordem do Dia.

Assembleia Municipal de Albufeira,
21 de fevereiro de 2022

Amo
Silvia Dias
Silvia Dias

[Handwritten signature]

Caetano

